

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(em milhares de reais)

Ativo	Notas	31/12/2012	31/12/2011
Circulante		1.350.138	994.346
Caixa e equivalentes de caixa	7	583.148	285.488
Consumidores, parcelamentos de débitos e supridores	8	630.692	604.864
Tributos a compensar	9	68.975	53.592
Caução de fundos e depósitos vinculados	10	27.885	9.983
Almoxarifado		8.241	10.021
Outros créditos		31.197	30.398
Não circulante		3.208.580	2.424.469
Parcelamentos de débitos e supridores	8	37.233	40.785
Tributos a compensar	9	43.275	26.919
Caução de fundos e depósitos vinculados	10	11.650	12.746
Depósitos judiciais	11	76.065	58.503
Tributos diferidos	29	856.024	157.302
Outros créditos		41.955	39.924
Ativo indenizável (concessão)	12.1	457.896	351.773
Imobilizado	13	15.632	20.492
Ativo intangível	12.2	1.668.850	1.716.025
Total do Ativo		4.558.718	3.418.815

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(em milhares de reais)

Passivo e Patrimônio Líquido	Notas	31/12/2012	31/12/2011
Circulante		1.160.377	698.790
Fornecedores e supridores de energia elétrica	14	425.090	307.516
Empréstimos e financiamentos	15	407.677	35.413
Debêntures	16	20.396	27.378
Tributos a recolher	17	103.296	123.745
Encargos do consumidor		23.500	35.042
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	18	78.173	60.893
Provisões e encargos sobre folha de pagamento	19	46.523	45.955
Obrigações P&D e eficiência energética	20	11.701	14.233
Plano especial de aposentadoria	21.2	2.667	2.031
Outros passivos		41.354	46.584
Não circulante		1.461.969	1.351.381
Empréstimos e financiamentos	15	256.913	572.568
Debêntures	16	971.464	602.356
Obrigações P&D e eficiência energética	21	27.042	25.478
Plano especial de aposentadoria	21.2	8.719	11.469
Provisão para ações judiciais e regulatórias	22.1	186.674	137.864
Outros passivos		11.157	1.646
Patrimônio líquido	23	1.936.372	1.368.644
Capital social		952.492	952.492
Reservas de capital	23.1	765.882	50.539
Pagamentos baseados em ações	24	-	3.072
Reservas de lucros	23.2	171.422	171.422
Outros resultados abrangentes		-	56.410
Dividendos adicionais propostos	23.2	46.576	134.709
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		4.558.718	3.418.815

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstração de resultados
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011
(em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Notas	31/12/2012	31/12/2011
Receitas operacionais líquidas	25	3.569.543	3.564.093
Custo do serviço de energia elétrica e operação		(2.529.182)	(2.202.151)
Energia comprada para revenda	26	(2.078.594)	(1.710.927)
Custos operacionais	27	(310.628)	(330.997)
Depreciação	13	(5.670)	(6.731)
Amortização de ativo intangível	12.2	(134.290)	(153.496)
Custo de construção	12.3	(286.918)	(307.848)
Lucro operacional bruto		753.443	1.054.094
Despesas operacionais	27	(195.759)	(274.313)
Despesas com vendas		(16.234)	(28.134)
Despesas gerais e administrativas		(58.887)	(73.086)
Outras despesas operacionais líquidas		(120.638)	(173.093)
Resultado do serviço		557.684	779.781
Resultado financeiro	28	(55.211)	(72.676)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		502.473	707.105
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	29	(144.796)	(214.669)
Lucro líquido do exercício		357.677	492.436
Lucro básico e diluído por ação (expresso em reais):			
Preferencial		1,93	2,66
Ordinária		1,75	2,41

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

**Demonstração do resultado abrangente
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011
(em milhares de reais)**

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Lucro líquido do exercício		357.677	492.436
Outros resultados abrangentes do exercício		(72.040)	(4.511)
Ganho (perda) na marcação a mercado do ativo indenizável	12.1	(73.872)	15.976
Reversão ao resultado das variações do ativo indenizável	12.1	(11.598)	-
Tributo diferido sobre a marcação a mercado	29	29.060	(5.432)
Ganhos e perdas atuariais imediatamente reconhecidas	21.1	(153.716)	7.698
Efeito do limite do ativo de benefício definido	21.1	130.032	(30.508)
Tributo diferido sobre ajustes atuariais	29	8.054	7.755
Resultado abrangente do exercício		285.637	487.925

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011
(em milhares de reais)

	Notas	Capital social	Reserva de capital	Pagamentos baseados em ações	Reservas de lucro/legal	Lucros acumulados	Dividendos adicionais propostos	Outros resultados abrangentes	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2010		952.492	50.539	4.333	146.800	-	168.037	45.866	1.368.067
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	492.436	-	-	492.436
Outros resultados abrangentes:									
Ganho na marcação a mercado do ativo indenizável, líquido		-	-	-	-	-	-	10.544	10.544
Ganhos e perdas atuariais, líquidos		-	-	-	-	-	-	(15.055)	(15.055)
Reclassificação requerida parágrafo 98 b do CPC 33		-	-	-	-	(15.055)	-	15.055	-
Aprovação de dividendos propostos		-	-	-	-	-	(168.037)	-	(168.037)
Reconhecimento de pagamento baseado em ações		-	-	6.204	-	-	-	-	6.204
Reversão de pagamentos baseado em ações		-	-	(7.465)	-	7.465	-	-	-
Destinação do lucro líquido:									
Constituição de reserva legal		-	-	-	24.622	(24.622)	-	-	-
Dividendos propostos e pagos		-	-	-	-	(253.883)	-	-	(253.883)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	(134.709)	134.709	-	-
Juros sobre capital próprio		-	-	-	-	(71.632)	-	-	(71.632)
Saldos em 31 de dezembro de 2011		952.492	50.539	3.072	171.422	-	134.709	56.410	1.368.644
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	357.677	-	-	357.677
Outros resultados abrangentes:									
Perda na marcação a mercado do ativo indenizável, líquido		-	-	-	-	-	-	(48.755)	(48.755)
Reversão ao resultado das variações do ativo indenizável		-	-	-	-	-	-	(7.655)	(7.655)
Ganhos e perdas atuariais, líquidos		-	-	-	-	-	-	(15.630)	(15.630)
Reclassificação requerida parágrafo 93 b do CPC 33		-	-	-	-	(15.630)	-	15.630	-
Ágio incorporado controladora	4	-	689.440	-	-	-	-	-	689.440
Reserva acervo líquido incorporado EPC	4	-	25.903	-	-	-	-	-	25.903
Aprovação de dividendos propostos		-	-	-	-	-	(134.709)	-	(134.709)
Reconhecimento de pagamento baseado em ações	24	-	-	2.034	-	-	-	-	2.034
Reclassificação de pagamentos baseado em ações	24	-	-	(5.106)	-	-	-	-	(5.106)
Destinação do lucro líquido:									
Dividendos propostos e pagos parcialmente		-	-	-	-	(203.519)	-	-	(203.519)
Juros sobre capital próprio		-	-	-	-	(91.952)	-	-	(91.952)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	(46.576)	46.576	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012		952.492	765.882	-	171.422	-	46.576	-	1.936.372

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011
(em milhares de reais)

	31/12/2012	31/12/2011
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	357.677	492.436
Itens do lucro líquido que não afetam caixa	414.127	467.535
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	50.051	31.117
Juros e variações monetárias e cambial	117.303	124.451
Depreciação e amortizações	139.960	160.227
Perda na baixa de ativos intangíveis e financeiros indenizáveis	32.506	83.226
Plano de pensão	(23.684)	(22.810)
Plano especial de aposentadoria	4.833	62
Provisão para ações judiciais e regulatórias	29.627	39.528
Tributos diferidos	35.271	4.089
Marcação a mercado - ativo financeiro	(11.598)	-
Programa de P&D e eficiência energética	37.824	41.441
Pagamentos baseados em ações	2.034	6.204
Variações no ativo e passivo operacional	(186.937)	(220.196)
Contas a receber	(72.327)	(66.864)
Almoarifado - Ativo circulante	1.780	(1.076)
Tributos a compensar	(31.349)	(15.058)
Outros créditos	17.014	(9.449)
Juros pagos (empréstimos, debêntures e arrend. mercantil)	(115.712)	(112.961)
Fornecedores e supridores de energia elétrica e encargos do consumidor	106.032	37.240
Tributos a recolher	148.591	203.325
Imposto de renda e contribuição social pagos	(182.833)	(239.097)
Provisão para ações judiciais e regulatórias	(9.801)	(4.638)
Plano especial de aposentadoria	(7.275)	2.616
Programa de P&D e eficiência energética	(41.734)	(50.313)
Outros passivos	677	36.079
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	584.867	739.775
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(313.588)	(312.613)
Adições ao ativo intangível, ativo indenizável e o imobilizado	(286.917)	(307.848)
Valor pago na baixa do ativo intangível, ativo indenizável e imobilizado	(12.453)	(2.300)
Caução de fundos e depósitos vinculados	(14.218)	(2.465)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	26.381	(365.031)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(399.107)	(476.978)
Amortização de empréstimos e debêntures (principal)	(323.710)	(634.300)
Amortização de arrendamento mercantil (principal)	(6.395)	(6.829)
Captação de empréstimos	88.714	453.973
Captação de debêntures	648.643	299.103
Saldo de caixa incorporado	18.236	-
Variação de caixa e equivalentes de caixa	297.660	62.131
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	285.488	223.357
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	583.148	285.488
Variação de caixa e equivalentes de caixa	297.660	62.131

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

**Demonstração do valor adicionado
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011
(em milhares de reais)**

	Notas	31/12/2012	31/12/2011
Receitas		5.335.507	5.315.905
Vendas de energia e serviços	25	5.082.917	5.024.476
Receita de construção	25	286.916	307.848
Provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida		(38.728)	(22.425)
Outras receitas		4.402	6.006
Insumos adquiridos de terceiros		(2.857.435)	(2.584.443)
Energia comprada bruta	26	(2.290.250)	(1.885.359)
Materiais	27	(32.913)	(32.795)
Serviço de terceiros	27	(106.283)	(117.059)
Custo de construção	25	(286.916)	(307.848)
Outros custos operacionais	27	(141.073)	(241.382)
Valor adicionado bruto		2.478.072	2.731.462
Depreciação e amortização		(139.960)	(160.227)
Valor adicionado líquido		2.338.112	2.571.235
Receitas financeiras e variações monetárias e cambiais	28	116.341	105.572
Valor adicionado a distribuir		2.454.453	2.676.807
Distribuição do valor adicionado		2.454.453	2.676.807
Pessoal		179.143	191.602
Impostos, taxas e contribuições		1.344.207	1.423.967
Federais		461.389	558.401
Estaduais		882.546	865.315
Municipais		272	251
Encargos setoriais e outros		402.281	396.010
Despesas financeiras e variações monetárias e cambiais		171.145	172.792
Juros sobre o capital próprio		91.952	71.632
Dividendos pagos		203.519	253.883
Dividendos propostos		62.206	142.299
Lucros retidos		-	24.622

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011
(em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. A COMPANHIA, SUAS OPERAÇÕES E A CONCESSÃO

A Elektro Eletricidade e Serviços S.A., denominada a seguir como “Elektro” ou “Companhia”, cuja sede localiza-se à Rua Ary Antenor de Souza, 321 no município de Campinas, Estado de São Paulo, é uma concessionária de serviço público de distribuição de energia elétrica, e os seus negócios, incluindo os serviços prestados e as tarifas cobradas, são regulamentados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

Em 27 de agosto de 1998, foi celebrado o Contrato de Concessão de Distribuição nº 187/98, entre a União (Poder Concedente, por intermédio da ANEEL) e a Elektro, regulando a exploração do serviço público de distribuição de energia elétrica, na área de concessão compreendida por 228 municípios, sendo 223 no Estado de São Paulo e 5 no Estado do Mato Grosso do Sul. O prazo de vigência é de 30 anos e pode ser prorrogado por, no máximo 30 anos, por requerimento da concessionária e a critério da ANEEL. As principais obrigações da concessionária, previstas no contrato de concessão, consistem em fornecer energia elétrica à consumidores de sua área de concessão, realizar as obras necessárias à prestação dos serviços, e manter inventário dos bens vinculados à concessão. É vedado à concessionária alienar ou conceder em garantia tais bens sem a prévia e expressa autorização do regulador. Ao final da concessão, esses bens serão revertidos automaticamente ao Poder Concedente, procedendo-se às avaliações e determinação do valor de indenização à concessionária (vide nota 12.1).

O preço dos serviços prestados aos consumidores é regulado e tem a seguinte composição: Parcela A (custos não gerenciáveis, como compra de energia, transporte de energia e encargos setoriais) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital - remuneração do investimento e quota de reintegração regulatória). Os mecanismos de reajuste são, o reajuste tarifário anual e revisão tarifária (vide notas 5 e 32).

A Companhia é registrada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) como companhia de capital aberto e tem suas ações (0,32% do capital total) negociadas na BM&FBovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.

Medida Provisória 579/12 e Lei 12.783/13

O Governo Federal oficializou, por meio da Medida Provisória nº 579/2012, assinada em 11 de setembro de 2012 e convertida na Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013, a redução nos encargos de Energia Elétrica e as regras para renovação das concessões de Geração, Transmissão e Distribuição vincendas entre 2015 e 2017. Esta Lei permitiu àqueles concessionários a possibilidade de prorrogar suas concessões pela antecipação dos contratos mediante condições específicas previamente estabelecidas.

Para as concessões de Geração e Transmissão, a condição imposta pelo Governo é que ativos não amortizados e não depreciados serão indenizados tendo por base o denominado Valor Novo de Reposição (VNR), e as tarifas a partir de então contemplarão apenas os custos de Operação e Manutenção (O&M) desses ativos e encargos setoriais. Para as concessionárias de Distribuição também haverá condições específicas a serem estabelecidas pela ANEEL em contrato de concessão ou termo aditivo. Adicionalmente, a Lei extingue a arrecadação da CCC (Conta de Consumo de Combustíveis) e RGR (Reserva Global de Reversão), além de reduzir a arrecadação da CDE (Conta de Desenvolvimento Energético) em 75%. No intuito de contemplar estas reduções nas tarifas de todas as concessionárias, a ANEEL realizou Revisões Tarifárias Extraordinárias em 24 de janeiro de 2013.

A antecipação das prorrogações das concessões afetadas pela Lei 12.783/13, e a redução dos encargos setoriais, não causará impactos diretos no resultado ou no contrato de concessão da Elektro, uma vez que este tem vigência até 2028. Adicionalmente, a Revisão Tarifária Extraordinária

implicará apenas em ajuste da Parcela A, não gerando alterações da Parcela B. Se no desenrolar dos procedimentos subsequentes à emissão da referida Lei surgirem informações que permitam a mensuração de impactos, a Elektro fará a devida divulgação.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Companhias por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

A Companhia adotou no preparo das Demonstrações Financeiras todas as normas, revisões de normas, pronunciamentos técnicos, interpretações técnicas e orientações técnicas emitidas pela CVM e CPC, os quais são consistentes com aqueles adotados na elaboração das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2011.

As normas e procedimentos emitidos e revisados que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2012 também foram analisados e não trouxeram impactos para esta Demonstração Financeira. Outras normas e procedimentos emitidos e revisados, que têm aplicação obrigatória futura, serão analisados oportunamente.

A emissão dessas Demonstrações Financeiras foi autorizada pela Administração em 6 de fevereiro de 2013.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a. Estimativas

A preparação das Demonstrações Financeiras requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que impactam os valores de receitas, despesas, ativos e passivos apresentados, assim como as divulgações de passivos contingentes. A Companhia revisa suas estimativas e premissas anualmente ou quando eventos ou mudanças de circunstância assim o exijam.

Essas estimativas estão relacionadas principalmente ao registro de receita não faturada e respectivas contas a receber; vida útil do ativo imobilizado, que também é base para amortização do intangível; provisão para crédito de liquidação duvidosa; avaliação de ativos e passivos financeiros ao valor justo e análise de sensibilidade; provisão para ações judiciais e regulatórias; premissas atuariais do plano de pensão; provisão do plano especial de aposentadoria; e provisão do plano de incentivo baseado em ações.

b. Instrumentos Financeiros

A categoria para classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros.

b.1) Ativos Financeiros

Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias:

Empréstimos e Recebíveis: São ativos não derivativos, com valores fixos ou determináveis, e que não estão cotados em um mercado ativo. O reconhecimento inicial é efetuado pelo seu valor justo e ajustado pelas amortizações do principal, pelos juros calculados com base no método da taxa de juros efetiva ("custo amortizado"), e por qualquer ajuste para redução do seu valor recuperável ou de liquidação duvidosa. A Companhia classifica os saldos das contas a receber nessa categoria (vide nota 8).

Disponíveis para venda: São ativos não derivativos cujo reconhecimento inicial é feito pelo valor justo e suas variações posteriores são reconhecidas como outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido, exceto no caso de perdas no valor recuperável, até que o ativo financeiro seja baixado. Neste momento, o ganho ou a perda anteriormente reconhecido no patrimônio líquido deve ser reconhecido no resultado.

Na Elektro, o ativo financeiro indenizável está classificado nessa categoria (vide nota 12.1).

Mantidos para negociação: São geralmente usados com o objetivo de gerar lucro com as flutuações de curto prazo no preço ou na margem do operador, através de transações de compra e venda ativas e frequentes. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo; alterações posteriores são refletidas no resultado do exercício em que ocorram (valor justo por meio do resultado). A Companhia tem como principal ativo mantido para negociação os equivalentes de caixa (vide notas 7 e 10).

Investimentos mantidos até o vencimento: São ativos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, com vencimentos definidos, para os quais a entidade tem a intenção e a capacidade de manter até o vencimento. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo e devem ser posteriormente medidos pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Atualmente, a Companhia não tem nenhum ativo financeiro classificado nesta categoria.

b.2) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como “Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado”, empréstimos e financiamentos ou itens objeto de *hedge*, que incluem contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures e outras contas a pagar.

Os itens objeto de *hedge* da Companhia são mensurados ao valor justo através do resultado e estão atrelados a derivativos designados como um instrumento de *hedge* efetivo.

Após o reconhecimento inicial pelo valor justo, líquido dos custos da transação, quando sujeitos a juros, os empréstimos e financiamentos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Obrigações em moeda nacional são atualizadas pela variação monetária e pelas taxas efetivas de juros, incorridos até as datas dos balanços, de acordo com os termos contratuais.

A Companhia baixa passivos financeiros somente quando suas obrigações são extintas e/ou canceladas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

b.3) Determinação do valor justo

A Companhia utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente;

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

b.4) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia firma contratos derivativos de “Swap” com o objetivo de administrar a exposição de riscos associados com variações nas taxas cambiais e nas taxas de juros. De acordo com o preconizado no CPC 38, esses contratos foram contabilizados como instrumentos financeiros de *hedge* (*hedge accounting*). A Companhia não tem contratos derivativos com fins comerciais e especulativos.

Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de *hedge* são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é firmado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. As mudanças no valor justo são lançadas no resultado.

Esses *hedges* são permanentemente avaliados afim de verificar se foram altamente eficazes para compensar mudanças no valor justo ao longo de todos os períodos-base para os quais foram destinados.

c. Almoxarifado

Os materiais em almoxarifado são avaliados e contabilizados pelo custo médio de aquisição para os itens novos, e os itens reutilizados são acrescidos dos gastos de manutenção e aferição, e não excedem o seu valor realizável líquido. Os materiais destinados à aplicação em obras de expansão e

melhorias no sistema elétrico são classificados no ativo intangível em formação e os destinados para consumo são classificados no ativo circulante.

d. Imobilizado

O imobilizado é composto por bens adquiridos através de operações de arrendamento mercantil financeiro, que são registrados pelo respectivo valor à vista ou ajustados ao valor presente da respectiva obrigação, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 06 – Arrendamento Mercantil. São linearmente depreciados pela vida útil esperada, ou conforme termos do contrato de arrendamento (vide nota 13). São baixados após alienação ou quando não apresentam mais benefícios econômicos futuros e os valores apurados na baixa são reconhecidos no resultado.

e. Intangível

Compreende o direito ao uso da infraestrutura construída ou adquirida pela Companhia e, consequentemente, ao direito de cobrar os consumidores pelos serviços prestados ao longo do contrato de concessão. De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 04 – Ativo Intangível, a vida útil da concessão é finita e o ativo é completamente amortizado ao término da mesma. É avaliado ao custo de aquisição, incluindo capitalização de custos de empréstimos e deduzido da amortização acumulada.

Este registro decorre da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 e da Orientação Técnica OCPC 05 - Contratos de Concessão (vide nota 12).

f. Redução ao valor recuperável de ativos de vida longa ou indefinida

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, ao final de cada exercício ou sempre que houver indicação de que o ativo possa apresentar perda, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado, considerando as operações da Companhia e se alguma perda for mensurada, será imediatamente reconhecida no resultado. A Companhia efetuou a análise dos seus ativos e verificou que não há qualquer indicador de desvalorização que requeira qualquer provisionamento.

g. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são contabilizados pelo regime de competência e segundo a legislação em vigor. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável.

Os efeitos do imposto de renda e da contribuição social diferidos estão registrados com base nas disposições da Deliberação CVM nº 599/09 e da Instrução CVM nº 371/02 (vide notas 21 e 37), e ainda de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 32 – Tributos sobre o Lucro. Os valores apresentados consideram a adoção ao Regime Tributário Transitório - RTT, conforme facultado pela Lei nº 11.941/09, que tem por objetivo manter a neutralidade fiscal das alterações na legislação societária brasileira, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09 e pelas demais alterações nas normas contábeis decorrentes do IFRS.

Os impostos sobre a renda correntes e diferidos são reconhecidos como despesas ou resultados abrangentes no patrimônio líquido (vide nota 29).

A probabilidade de recuperação do saldo de impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

h. PIS e COFINS

O PIS e a COFINS são apurados com base na receita operacional e contabilizados como dedução de receita pelo regime de competência, e segundo a legislação em vigor do regime não cumulativo, as alíquotas utilizadas são de 1,65% e 7,6%, respectivamente.

Os créditos de PIS e COFINS não cumulativos, sobre custos e despesas operacionais, são apresentados como redutores destes grupos de contas, conforme a Interpretação Técnica do IBRACON nº 1 de 22 de junho de 2004.

Os valores de PIS e COFINS, apurados no resultado entre créditos e deduções de receita, são repassados integralmente aos consumidores nas faturas de energia e também consideram a neutralidade fiscal sobre as alterações contábeis ocorridas com a edição dos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC.

i. Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

A moeda funcional da Companhia é o Real. Para as transações denominadas em moeda estrangeira os ativos e passivos monetários indexados em moeda estrangeira são convertidos para reais usando-se a taxa de câmbio vigente na data de fechamento dos respectivos balanços patrimoniais. As diferenças decorrentes da conversão de moeda são reconhecidas no resultado.

j. Benefícios a empregados

A Companhia disponibiliza aos seus colaboradores diversos planos de benefícios a empregados, incluindo planos de pensão e aposentadoria, assistência médica e odontológica, participação nos lucros, entre outros. Todos estes benefícios estão contabilizados de acordo com o requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 33 – Benefícios a Empregados (vide nota 21).

O cálculo atuarial é realizado com base no método do crédito unitário projetado. A política adotada pela Elektro para reconhecimento de ganhos ou perdas atuariais é o reconhecimento imediato contra Outros Resultados Abrangentes, com imediata realização contra lucros acumulados. Superávits atuariais são apenas registrados considerando a limitação do valor presente dos benefícios econômicos futuros para a Companhia. Nos exercícios apresentados, o valor destes benefícios era zero.

A provisão para pagamentos a serem feitos em decorrência do benefício previsto em acordo sindical do Plano Especial de Aposentadoria é constituída com base em expectativa de adesão dos colaboradores elegíveis e é revista periodicamente frente às efetivas adesões.

Os demais benefícios de curto prazo são registrados pelo regime de competência, a medida que a obrigação legal é constituída.

k. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, para as quais seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

A Companhia registrou provisões para riscos fiscais, trabalhistas, cíveis e regulatórios, cuja probabilidade de perda foi classificada como provável de acordo com as orientações do Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões e Passivos Contingentes. As provisões são determinadas com base nas opiniões da Administração da Companhia e de seus assessores legais (vide nota 22).

l. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia, podendo ser confiavelmente mensurados, de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção e CPC 30 – Receitas. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber.

A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica (faturada ou não faturada), receita de remuneração do ativo financeiro indenizável, receita de construção e outras receitas relacionadas a outros serviços prestados pela Companhia.

A receita não faturada corresponde à energia elétrica entregue e não faturada ao consumidor, é calculada em base estimada, até a data do balanço.

A cada novo investimento em expansão ou melhoria da infraestrutura, a contrapartida das adições ao ativo intangível em formação (direito de uso da concessão) é o reconhecimento de receita de construção, considerando a proporção do trabalho executado até a data do balanço, com apuração de margem zero, no caso da Elektro.

m. Custos de empréstimos

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 20 – Custos de Empréstimos, os encargos financeiros relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo correspondente. O cálculo é definido pela aplicação da taxa média ponderada dos custos de empréstimos, sobre os gastos do ativo intangível em fase de formação (vide nota 12.2). Todos os demais custos de empréstimo são registrados em despesa no período em que ocorrerem.

n. Plano de incentivo baseado em ações

Com base no Pronunciamento Técnico CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações, a Companhia é requerida a mensurar e registrar os efeitos patrimoniais destes benefícios, pelo valor justo das ações na data de outorga a seus executivos. A despesa é reconhecida no resultado, durante o período no qual o direito é adquirido, após o atendimento de determinadas condições específicas, em contrapartida ao passivo exigível.

o. Lucro líquido do exercício por ação

O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada das ações disponíveis durante o período. Os resultados por ação de exercícios anteriores são ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais capitalizações, emissões de bônus, agrupamentos ou desdobramentos de ações.

Os acionistas preferenciais e ordinários possuem direitos distintos a dividendos, a voto e a liquidação, consequentemente lucro básico e o lucro diluído por ação são calculados pelo método de "duas classes". O método de "duas classes" é uma fórmula de alocação do lucro que determina o lucro por ação preferencial e ordinária de acordo com os dividendos declarados e os direitos de participação sobre lucros não distribuídos, conforme o Estatuto da Companhia.

p. Informação por segmento

A Companhia não utiliza informações por segmento para analisar seu desempenho operacional e financeiro, uma vez que é administrada como uma única operação, ou seja, que gera um único fluxo de caixa independente, uma vez que suas receitas operacionais decorrem substancialmente do fornecimento de energia elétrica para consumidores finais em sua área de concessão.

4. REESTRUTURAÇÃO SOCIETÁRIA

Em 13 de abril de 2012, a Iberdrola Energia do Brasil Ltda., então controladora da Elektro, submeteu à autorização prévia da ANEEL o pedido para reestruturação societária envolvendo a Elektro e suas controladoras EPC - Empresa Paranaense Comercializadora Ltda. (EPC) e a própria Iberdrola Energia do Brasil Ltda.

Em reunião do Conselho de Administração da Elektro, realizada em 14 de maio de 2012, foi aprovado que o processo de reestruturação fosse submetido à Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas.

Em reunião de Diretoria realizada em 22 de maio de 2012, a ANEEL concedeu anuência através da Resolução Autorizativa nº 3.500/12, à transferência do controle societário da Elektro detido por EPC e Iberdrola Energia do Brasil Ltda. para Iberdrola Brasil S.A., mediante as operações em atos contínuos: (i) incorporação reversa da EPC pela Elektro; e (ii) cisão parcial da Iberdrola Energia do Brasil Ltda., com versão para a Elektro do acervo líquido cindido.

As operações acima foram aprovadas também pelo BNDES em 23 de maio de 2012 e pelos acionistas em 30 de maio de 2012, em Assembleia Geral Extraordinária.

Esta reestruturação fez parte de uma reorganização societária do Grupo Iberdrola, para permitir a segregação dos diferentes ramos de atividades desenvolvidas pelas Companhias que o compõem, em linha com as diretrizes de governança corporativa que vêm sendo adotadas pelo grupo econômico ao redor do mundo e também teve como objetivo simplificar a estrutura societária, já que, após sua implementação, as ações da Elektro detidas indiretamente pelo acionista controlador passaram a ser de titularidade de uma única Companhia holding, a Iberdrola Brasil S.A.

A reestruturação societária não implicou na alteração do controle acionário indireto da Companhia, nem em aumento de seu capital social, bem como não afetou as participações dos demais acionistas da Elektro no capital social desta.

Composição acionária antes da reestruturação:

Acionista	Ordinárias	Preferenciais	Total	Participação
Iberdrola Energia do Brasil Ltda.	1.523	66.744.382	66.745.905	34,45%
EPC - Empresa Paranaense Comercializadora Ltda.	91.854.302	34.535.214	126.389.516	65,23%
Acionistas minoritários	25.147	598.697	623.844	0,32%
Total	91.880.972	101.878.293	193.759.265	100,00%

Composição acionária após a reestruturação:

Acionista	Ordinárias	Preferenciais	Total	Participação
Iberdrola Brasil S.A.	91.855.825	101.279.596	193.135.421	99,68%
Acionistas minoritários	25.147	598.697	623.844	0,32%
Total	91.880.972	101.878.293	193.759.265	100,00%

Incorporação Reversa da EPC - Empresa Paranaense Comercializadora Ltda.

O laudo de avaliação do acervo líquido da EPC incorporado pela Elektro foi elaborado a valor contábil em conformidade com o disposto no art. 227 da Lei das S.A. e práticas contábeis adotadas no Brasil. Foi preparado por empresa de avaliação independente com base no balanço da EPC de 30 de abril de 2012. O valor do acervo líquido avaliado no montante de R\$ 1.063.447, está detalhado abaixo:

Ativo		Passivo	
Ativo circulante	18.615	Passivo circulante	9
Caixa e equivalentes de caixa	18.235	Outros passivos	9
Tributos a compensar	380		
Ativo não circulante	1.073.825	Passivo não circulante	28.984
Tributos diferidos	7.442	Provisões para riscos fiscais	28.984
Depósitos judiciais	28.823		
Investimentos ⁽¹⁾	1.037.545	Total do passivo	28.993
Intangível	15		
		Acervo líquido incorporado	1.063.447
Total do ativo	1.092.440	Passivo e acervo líquido incorporado	1.092.440

⁽¹⁾ Montante referente ao Investimento que a EPC detinha na Elektro, o qual foi eliminado no momento da incorporação.

A incorporação da EPC pela Elektro não acarretou aumento de capital na Incorporadora, nos termos do artigo 226, parágrafos 1º e 2º da Lei das S.A., sendo o valor excedente do investimento da EPC na Elektro contabilizado na conta de reserva de capital da Elektro.

Ver detalhes sobre as rubricas incorporadas de “Depósitos judiciais” e “Provisões para riscos fiscais” nas notas 11 e 22.1.

Cisão Parcial da Iberdrola Energia do Brasil Ltda. e versão do acervo líquido cindido para Elektro

O acervo líquido cindido da Iberdrola Energia do Brasil Ltda. incorporado pela Elektro foi avaliado por empresa de avaliação independente com base em seu valor contábil, calculado sobre o balanço patrimonial da Iberdrola do Brasil Ltda., datado de 30 de abril de 2012, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. O valor do acervo líquido cindido da Iberdrola Energia do Brasil Ltda incorporado na Elektro foi avaliado no montante de R\$ 2.219.895, composto por (i) totalidade do investimento devido no capital social da Elektro, e (ii) parcela referente ao ágio registrado na Iberdrola Energia do Brasil gerado na aquisição da Elektro e EPC líquidos da provisão de manutenção de integridade do patrimônio líquido (correspondente a 66% do valor do ágio), conforme estipulado pelo

art. 6º da Instrução CVM 319/99 e CVM 349/01. A incorporação do acervo líquido cindido não acarretou aumento de capital, nos termos do artigo 226, parágrafos 1º e 2º da Lei das S.A. O acervo líquido incorporado está detalhado abaixo:

Ativo	
Ativo não circulante	2.219.895
Investimentos ⁽²⁾	1.530.455
Ágio líquido Elektro e EPC	689.440
Acervo líquido incorporado	2.219.895

⁽²⁾ Montante referente ao Investimento que a Iberdrola Energia do Brasil Ltda. detinha na Elektro e EPC, o qual foi eliminado no momento da incorporação.

O benefício fiscal oriundo do ágio foi registrado na conta de tributos diferidos em contrapartida à conta de reserva de capital constante do patrimônio líquido da Elektro, ainda de acordo com a Instrução CVM 319/99 e CVM 349/01. Tal benefício será amortizado linearmente até o final da concessão (agosto de 2028), de acordo com a anuência da ANEEL, concedida através da Resolução Autorizativa nº 3.500 de 22 de maio de 2012.

O benefício fiscal proveniente do ágio registrado está baseado na expectativa de rentabilidade futura e foi fundamentado em laudo de avaliação de empresa especializada, a qual utilizou o critério do fluxo de caixa descontado.

5. TERCEIRO CICLO DE REVISÃO TARIFÁRIA

O Contrato de Concessão estabelece que a Elektro deve passar pelo processo de Revisão Tarifária a cada quatro anos, além de reajustes anuais entre os anos de revisões, sendo 27 de agosto a data de atualização de suas tarifas. Em agosto de 2011, ocorreria a 3ª Revisão Tarifária Periódica Ordinária da Elektro, mas devido ao atraso no aprimoramento da metodologia para o ciclo 2011-2014 (3º Ciclo de Revisão Tarifária), a ANEEL decidiu pela prorrogação provisória das tarifas de energia, oficializada pela Resolução Normativa nº 433, de 15 de abril de 2011. As tarifas da Elektro que deveriam vigorar até 27 de agosto de 2011, foram prorrogadas pela Resolução Homologatória nº 1.196 de 23 de agosto de 2011, a qual também definiu que a nova tarifa teria efeito retroativo à data contratual (27 de agosto de 2011). Desta forma, a Revisão Tarifária ocorreu em agosto de 2012, com efeitos retroativos a agosto de 2011.

A discussão dos aperfeiçoamentos da metodologia referente ao 3º Ciclo de Revisões Tarifárias iniciou-se com a Audiência Pública nº 040/2010 e foi finalizada com a publicação da Resolução Normativa nº 457 de 8 de novembro de 2011, cujo resultado foi a publicação de procedimentos para realização das revisões das Concessionárias. Na nova metodologia, a ANEEL definiu um custo de capital (WACC) de 7,50% a.a. (após impostos) e outras mudanças relacionadas aos Custos Operacionais, Perdas não Técnicas de Energia, Base de Remuneração Regulatória, Outras Receitas, Fator X, e Receitas Irrecuperáveis (inadimplência). Além da nova metodologia de Revisão, a ANEEL também aprovou por intermédio da Resolução Normativa nº 464/2011 de 22 de novembro de 2011, os procedimentos para a definição da estrutura tarifária das concessionárias de distribuição, resultado da Audiência Pública nº 120/2010.

A Revisão Tarifária da Elektro para o 3º ciclo iniciou-se em 10 de maio de 2012 (Audiência Pública nº 31/2012) e resultou como efeito médio para o consumidor, uma redução de 6,05%. As novas tarifas, que consideravam apenas o efeito da Revisão Tarifária, foram homologadas na Resolução nº 1.329 de agosto de 2012. Por decisão da ANEEL, as referidas tarifas não chegaram a ser aplicadas, já que o efeito da Revisão Tarifária de 2011 foi concatenado ao do Reajuste anual de 2012, aplicados na mesma data, decisão homologada através da Resolução Normativa nº 471, de 20 de dezembro de 2011. O efeito médio final para o consumidor aplicado desde 27 de agosto de 2012 foi uma redução de 3,05%, conforme Resolução nº 1.336 de 21 de agosto de 2012. O cálculo das tarifas finais considerou o crescimento de mercado, a atualização monetária, o fator X, além do componente financeiro relativo à postergação da Revisão Tarifária. Para este último item, foi definido que o

montante, no valor de R\$ 253.447, será devolvido para os consumidores através das tarifas nos reajustes tarifários subsequentes, a partir do Reajuste Tarifário de 2012. De acordo com a Nota Técnica nº 255/2012, no reajuste tarifário de 2012, cuja tarifa vigorará até agosto de 2013, será devolvido um terço deste valor. Por se tratar de um passivo regulatório, o montante da devolução não está registrado nas demonstrações financeiras, uma vez que não há previsão de registro desse tipo de passivo no IFRS.

6. NOVOS PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS

Os pronunciamentos técnicos emitidos e revisados pelo CPC, vigentes em 31 de dezembro de 2012, e que poderiam afetar a Companhia foram considerados nesta Demonstração Financeira:

IAS 12 Impostos de Renda – Impostos Diferidos; IFRS 1 Adoção Inicial das IFRS; IFRS 7 Instrumentos Financeiros.

Pronunciamentos técnicos em fase de emissão pelo CPC e ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2012:

CPC 33/IAS19 Benefícios a Empregados – Dentre as mudanças, as principais que afetam a Companhia é que (i) para o cálculo dos rendimentos esperados dos ativos, é utilizada a mesma taxa utilizada para o desconto da obrigação atuarial e (ii) a aplicação dessa mesma taxa de juros sobre o “asset ceiling”. Os impactos da aplicação antecipada desse pronunciamento nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012 seria uma receita financeira menor no montante de R\$ 30.549, antes dos efeitos tributários.

Para os pronunciamentos IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras; IAS 28 Contabilização de Investimentos em Associadas e Joint Ventures; IFRS 1 Empréstimos do Governo; IFRS 7 Divulgações – Compensação entre Ativos Financeiros e Passivos Financeiros; IFRS 9 Instrumentos Financeiros: Classificação e Mensuração; IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas; IFRS 11 Empreendimentos Conjuntos; IFRS 12 Divulgação de Participações em Outras Entidades; IFRS 13 Mensuração do Valor Justo; IFRIC 20 Custo de Remoção de Resíduos na Fase de Produção de uma Mina de Superfície; IFRS 1 Adoção Inicial das IFRS; IAS 16 Imobilizado; IAS 32 Instrumentos Financeiros: Apresentação; IAS 34 Demonstrações Financeiras Intermediárias, a Companhia entende que não terão impactos relevantes nas suas Demonstrações Financeiras.

Para mais informações, vide a lista completa de pronunciamentos no sítio do CPC: http://www.cpc.org.br/pdf/CPCs_02012013.doc.

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O montante de R\$ 583.148 em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 285.488 em 2011), refere-se a saldos em conta corrente e aplicações financeiras. Os produtos bancários utilizados são vinculados a títulos de renda fixa (Certificados de Depósitos Bancários - CDB e debêntures com compromisso de recompra), com taxas pós-fixadas, indexados à variação diária dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI) – em 31 de dezembro de 2012 a variação média estava em 101,59% do CDI. Essas aplicações apresentam alta liquidez e podem ser resgatadas a qualquer momento, sem perdas significativas.

A Elektro possui uma política de Tesouraria na qual são estabelecidos os critérios de aplicação dos recursos disponíveis no caixa da Sociedade, sendo os principais: (i) o *rating* de crédito mínimo que as Instituições Financeiras devem ter com pelo menos uma das Agências de Classificação de Risco (Standard & Poor's, Moody's ou Fitch Rating) e (ii) os limites máximos de exposição com cada instituição.

8. CONTAS A RECEBER – CONSUMIDORES, PARCELAMENTOS DE DÉBITOS E SUPRIDORES

	31/12/2012				31/12/2011			
	A Vencer	até 90 dias Vencidos	(+) 90 dias Vencidos	Total	A Vencer	até 90 dias Vencidos	(+) 90 dias Vencidos	Total
Fornecimento	205.433	131.410	26.992	363.835	193.188	105.674	19.542	318.404
Outras contas a receber	331.655	4.630	15.796	352.081	353.836	4.048	12.228	370.112
Parcelamentos de débitos	46.451	4.630	15.796	66.877	49.493	4.048	12.228	65.769
Receita não faturada	262.238	-	-	262.238	273.446	-	-	273.446
Supridores	24.114	-	-	24.114	25.324	-	-	25.324
Outros	(1.148)	-	-	(1.148)	5.573	-	-	5.573
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(12.474)	(3.731)	(31.786)	(47.991)	(16.456)	(2.210)	(24.201)	(42.867)
Total	524.614	132.309	11.002	667.925	530.568	107.512	7.569	645.649
Circulante	487.381	132.309	11.002	630.692	489.783	107.512	7.569	604.864
Não circulante	37.233	-	-	37.233	40.785	-	-	40.785

Em 31 de dezembro de 2012, o aumento da inadimplência, quando comparado ao mesmo período de 2011, foi impactado diretamente pelas faturas vencidas entre 1 e 60 dias da Companhia, representando cerca de 92% dos vencimentos até 90 dias.

O período médio para recebimento pelos serviços é de 47 dias. A Administração da Companhia constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa para valores de difícil recebimento, baseada em experiência de inadimplência e da análise financeira de cada devedor.

Do montante de R\$ 24.114 classificado como Supridores (R\$ 25.324 em 31 de dezembro de 2011), R\$ 19.004 referem-se a transações no âmbito da CCEE no período do racionamento de energia elétrica, entre 2000 e 2002, e contemplam: (i) R\$ 14.995 referentes a liminares interpostas junto à CCEE por agentes do setor; e (ii) R\$ 4.009 referentes a acordos bilaterais em negociação, e estão registrados no ativo não circulante. De acordo com o parecer emitido por seus assessores jurídicos, a Companhia não espera incorrer em perdas na realização desses valores.

Sobre as faturas atrasadas incidem juros de 1% ao mês, além de multa de 2% e atualização monetária pelo IGP-M.

A política de cobrança é considerada bastante eficaz pela Administração da Companhia atrelada ao fato do fornecimento de energia elétrica ser essencial para 100% de seus clientes. Ademais, não há concentração de faturamento a um número reduzido de clientes.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa apresenta a seguinte movimentação:

	31/12/2011	Adições	Recuperação da Receita	Baixas Incobráveis	31/12/2012
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	42.867	54.384	(4.333)	(44.927)	47.991

9. TRIBUTOS A COMPENSAR

	31/12/2012	31/12/2011
Imposto de renda e contribuição social sobre lucro líquido	37.216	16.457
Impostos e contribuições retidos na fonte	140	216
ICMS a recuperar	74.894	59.496
PIS e COFINS a recuperar	-	4.342
Total	112.250	80.511
Ativo circulante	68.975	53.592
Ativo não circulante	43.275	26.919

O aumento no saldo a compensar de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro no exercício de 2012, deve-se à maior antecipação desses tributos no primeiro semestre de 2012, os quais serão compensados no exercício social seguinte.

O saldo de ICMS a recuperar refere-se, a créditos na compra de bens para uso na concessão, cuja compensação ocorre no máximo em 48 meses de acordo com a legislação específica desse tributo.

A partir de julho de 2012 o crédito de PIS e COFINS sobre aquisição de bens para uso na concessão passou a ser utilizado integralmente no mesmo mês de aquisição, também de acordo com a legislação específica desses tributos.

10. CAUÇÃO DE FUNDOS E DEPÓSITOS VINCULADOS

Em 31 de dezembro de 2012, as aplicações caucionadas estavam atreladas a instrumentos de renda fixa (pós-fixados), indexados à variação média de 96,74% do CDI. Esses instrumentos apresentam liquidez diária, não estão sujeitos a risco significativo de perda de valor, e estão caucionados pelos seguintes motivos: (i) Garantir valores liberados através dos contratos de empréstimos da Eletrobrás (Luz Para Todos), que são liberados após comprovação dos investimentos; (ii) Garantir participação em leilões de compra de energia em curto e longo prazo; e (iii) Garantir programas de treinamento aos colaboradores conforme Acordo Coletivo de Trabalho.

11. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Dos valores registrados nessa rubrica, o montante de R\$ 31.841 em 31 de dezembro de 2012 e R\$ 46.923 em 31 de dezembro de 2011 refere-se ao valor atualizado do depósito judicial de R\$ 24.906, efetuado em 29 de outubro de 2004, em virtude da ação que questiona o recolhimento da COFINS nos termos previstos pela Lei Complementar nº 70/91 e Lei nº 9.178/98, considerando a incidência somente sobre o faturamento, excetuando-se as receitas financeiras de qualquer natureza.

Em 2 de maio de 2011, a referida ação transitou em julgado em favor da Companhia, motivo pelo qual fora requerido ao Juízo o levantamento do montante integral depositado. Ao apreciar a petição o Juiz determinou a manifestação da Fazenda Pública, que se manifestou alegando que o depósito judicial efetuado nos autos não teria abrangido o montante integral do débito. Com isso, a Fazenda concordou apenas com o levantamento parcial no montante de R\$ 16.680, restando, portanto a quantia depositada de R\$ 31.841. Em relação ao montante depositado, a Elektro se manifestou contrária à decisão do Juiz, demonstrando, por meio de cálculo, que o montante deveria ser levantado integralmente. Diante das alegações da Elektro, os autos foram remetidos pelo Juiz à contadoria judicial, para que dê seu parecer acerca do levantamento da quantia remanescente.

Com a incorporação da empresa EPC pela Elektro (vide nota 4), os direitos e as obrigações da incorporada passaram a ser de responsabilidade exclusiva da Elektro. O valor incorporado referente a depósitos judiciais da EPC totalizava à época, R\$ 28.823. Em 31 de dezembro de 2012 o valor atualizado é de R\$ 26.353 e refere-se ao processo descrito nas notas de contingências. Esse depósito é suficiente para garantia integral das provisões incorporadas (vide nota 23.1).

Os demais depósitos judiciais no montante de R\$ 17.871 em 31 de dezembro de 2012, (R\$ 11.580 em 31 de dezembro de 2011) referem-se a processos Trabalhistas, Cíveis e Tributários.

12. CONTRATO DE CONCESSÃO

12.1. Ativo Indenizável (Concessão)

Desde a adoção das normas internacionais de contabilidade em 2010, a Administração entendeu, que a melhor estimativa para cálculo da indenização a ser paga pelo poder concedente ao término do contrato de concessão seria utilizar a metodologia do Valor Novo de Reposição (VNR). Esta metodologia é atualmente adotada pelo regulador para fins de determinação da Base de Remuneração Regulatória (BRR) e da consequente remuneração do acionista, no momento das revisões tarifárias periódicas. Esta também foi a regra adotada para indenização dos ativos de Transmissão, Distribuição e Geração definida pela Medida Provisória nº 579/2012, convertida na Lei nº 12.783/13. Desta maneira, o valor justo do ativo financeiro a ser recebido do poder concedente ao final da concessão foi determinado pela Companhia utilizando o valor residual da BRR, ao final do prazo contratual da concessão.

Em 5 de março de 2012, a Elektro tomou conhecimento, por meio do Ofício nº 209/2012 – SFF/ANEEL dos valores que seriam considerados na BRR do 3º Ciclo de Revisão Tarifária. A Companhia recalculou o valor do ativo financeiro com base na nova BRR, que tinha data de corte definida pela ANEEL para fevereiro de 2011. Essa nova BRR, gerou um ajuste negativo no ativo

financeiro de R\$ 81.788, contabilizado em 2012. Em 31 de dezembro de 2012, o ativo financeiro está atualizado pelo valor residual da BRR do 3º Ciclo devidamente movimentada por adições, atualizações, baixas e depreciações.

Este ativo financeiro está classificado como um ativo disponível para venda, pois a Administração entende que esta classificação é a mais adequada, já que o valor da indenização a ser recebido ao término da concessão não é fixo, embora seja estimável. A Companhia vinha registrando todas as alterações de valor justo desse ativo financeiro como Outros Resultados Abrangentes, pois não era consenso o entendimento de que essas alterações afetavam o fluxo de caixa futuro. Entretanto, o parágrafo AG8 do CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, estabelece que uma entidade deva, ao revisar suas estimativas de recebimentos, ajustar o custo amortizado do instrumento de forma a refletir os fluxos de caixa estimados atualizados, reconhecendo esta variação no resultado do exercício. Foi corroborado pela MP nº 579/2012, que variações no ativo financeiro vinculado à concessão por conta das revisões tarifárias resultam em variações no fluxo de caixa estimado desse ativo ao final do período da concessão. A Companhia aplicou essa mudança de entendimento prospectivamente às suas demonstrações financeiras, por entender que a aplicação prospectiva desse conceito não traria distorções relevantes às demonstrações financeiras e informações trimestrais, quando comparado à aplicação retrospectiva de acordo com o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Desta forma, em 31 de dezembro de 2012 a Companhia reverteu para o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, o saldo de Outros Resultados Abrangentes, no montante de R\$ 7.656.

Visando sempre a melhor estimativa da indenização ao final da concessão, o valor justo do ativo financeiro é revisado mensalmente, considerando a atualização pelo IGP-M, por ser este um dos principais critérios de atualização anual utilizada pelo regulador nos processos de reajuste tarifário. Possíveis variações decorrentes do critério de cálculo do VNR também são consideradas.

As obrigações especiais representam doações, subvenções e recursos pagos por terceiros, para investimentos e cobertura dos custos de conexão à rede de distribuição de energia. Esses recursos não são exigíveis ao longo da concessão. O saldo das obrigações especiais, ao final da concessão, será deduzido do valor da indenização, e, portanto, é redutor do ativo financeiro. A BRR residual, utilizada para determinação do valor justo do ativo financeiro, está líquida do valor reavaliado das obrigações especiais. A parcela das obrigações especiais a ser amortizada no período da concessão é classificada como redutora do ativo intangível. A taxa de amortização é definida pela ANEEL no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

A mutação do ativo financeiro indenizável é compreendida por:

	Custo	Obrigações especiais	Valor justo	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2010	234.165	(20.401)	69.494	283.259
Transferências de ativo intangível	54.707	514	-	55.221
Adições	-	(2.330)	-	(2.330)
Ajustes ao valor justo (ajuste de avaliação patrimonial)	-	-	15.976	15.976
Baixas	(353)	-	-	(353)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	288.519	(22.217)	85.470	351.773
Transferências de ativo intangível	96.693	-	-	96.693
Efeito na mudança da taxa de amortização	141.078	(49.455)	-	91.623
Adições	-	(182)	-	(182)
Ajustes ao valor justo (ajuste de avaliação patrimonial)	-	-	7.916	7.916
Atualização pela BRR 3º ciclo	-	-	(81.788)	(81.788)
Baixas	(8.139)	-	-	(8.139)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	518.151	(71.854)	11.598	457.896

O ativo financeiro relacionado à concessão é remunerado pelo custo médio ponderado do capital (WACC) regulatório, no valor de 7,50% ao ano (11,36% antes dos impostos), presente na atual tarifa da Companhia. Esta receita já é contabilizada mensalmente (vide nota 26), e por este motivo, o ativo financeiro já se encontra a valores atualizados.

12.2. Ativo Intangível

O direito de cobrar dos consumidores pelos serviços prestados ao longo do contrato de concessão, representado pelo ativo intangível, de vida útil definida, será completamente amortizado dentro do prazo da concessão, de acordo com o CPC 04 – Ativo Intangível. Este ativo intangível é avaliado ao custo de aquisição, incluindo custos de empréstimos capitalizados, deduzido da amortização acumulada que é calculada utilizando-se as taxas de depreciação definidas pela ANEEL para depreciação da infraestrutura.

A Resolução Normativa ANEEL nº 474 de 7 de fevereiro de 2012 estabeleceu novas taxas de depreciação para os ativos em serviço outorgado no setor elétrico, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2012, determinando alteração na vida útil-econômica dos bens integrantes da infraestrutura de distribuição. Com as novas taxas, houve acréscimo de aproximadamente quatro anos na vida útil econômica média dos ativos que passou de 22 anos para 26 anos. Esta alteração reduziu a amortização e consequentemente aumentou a parcela residual da infraestrutura que se espera receber como indenização ao final do período da Concessão, gerando uma redistribuição de valores entre ativos financeiro e intangível.

Consequentemente, a Companhia reconheceu uma baixa dos elementos do ativo intangível, no montante de R\$ 91.623, e um aumento de mesmo valor no ativo financeiro a ser recebido ao final da concessão.

Adicionalmente, houve redução de R\$ 96.693 referente às transferências do ano de 2012 por ativos energizados, sem alterar os demais procedimentos contábeis decorrentes da adoção do ICPC 01/OCPC 5 – Contratos de Concessão.

O valor de encargos de dívidas capitalizados à infraestrutura, de acordo com o CPC 20 – Custos de Empréstimos, foi de R\$ 13.750 em 2012 (R\$ 10.090 em 2011).

A mutação do direito de uso da concessão é assim apresentada:

	Em Serviço			Em Formação			Total
	Custo	Obrigações especiais	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Obrigações especiais	Valor líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2010	2.111.506	(361.154)	(262.794)	1.487.558	204.572	-	204.572
Adições	72	(10.678)	-	(10.606)	329.205	(8.423)	320.782
Baixas	(441.592)	-	364.028	(77.564)	-	-	-
Amortização	-	-	(153.496)	(153.496)	-	-	-
Transferências para o ativo financeiro	189.056	(254)	(260)	188.542	(243.763)	-	(243.763)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	1.859.042	(372.086)	(52.522)	1.434.434	290.014	(8.423)	281.591
Adições	-	(565)	-	(565)	325.740	(38.076)	287.664
Baixas	124.022	-	(135.690)	(11.668)	-	-	-
Amortização	-	-	(134.290)	(134.290)	-	-	-
Transferências para o ativo financeiro	209.238	1.669	(123)	210.784	(306.003)	(1.474)	(307.477)
Mudança na taxa de amortização	(141.078)	49.455	-	(91.623)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2012	2.051.224	(321.527)	(322.625)	1.407.072	309.751	(47.973)	261.778

12.3. Receita e Custo de Construção

A ICPC 01 também estabelece que o concessionário registre e mensure a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção e CPC 30 – Receitas, mesmo quando regidos por um único contrato de concessão. Em atendimento ao CPC 17, a Companhia contabilizou receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria, sob a modalidade de contratação “custo mais margem” (*cost plus*), na qual a concessionária é reembolsada por custos incorridos, acrescido de percentual sobre tais custos. Entretanto, no negócio de distribuição no Brasil, não há margem nos serviços de construção. Desta forma, a margem de construção foi estabelecida como sendo igual a zero, considerando que os valores desembolsados na atividade de construção são pleiteados, sem a incidência de qualquer margem, na BRR.

13. IMOBILIZADO

Os ativos imobilizados adquiridos através de contratos de leasing e não vinculados à concessão apresentam saldos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 conforme mutação abaixo.

Arrendamento mercantil em serviço	Saldos em 31/12/2011	Adições	Depreciação	Baixas	Saldos em 31/12/2012
Administração Central					
	12.238	1.041	(1.782)	(231)	11.266
Edif, obras civis e benf. - Arrendamento mercantil	15.966	1.041	-	(478)	16.529
(-) Depreciação acumulada	(3.728)	-	(1.782)	247	(5.263)
	2.186	-	(1.708)	-	478
Veículos - Arrendamento mercantil	11.295	-	-	(6.362)	4.933
(-) Depreciação acumulada	(9.109)	-	(1.708)	6.362	(4.455)
	6.068	-	(2.180)	-	3.888
Móveis e utensílios - Arrendamento mercantil	10.779	-	-	-	10.779
(-) Depreciação acumulada	(4.711)	-	(2.180)	-	(6.891)
Total	20.492	1.041	(5.670)	(231)	15.632

14. FORNECEDORES E SUPRIDORES DE ENERGIA ELÉTRICA

	31/12/2012	31/12/2011
Moeda nacional	379.584	265.612
Supridores de energia elétrica	296.442	193.865
Encargos de serviço de sistema - ESS	14.522	10.554
Fornecedores de materiais e serviços	68.620	61.193
Moeda estrangeira	45.506	41.904
Supridores de energia elétrica - Itaipu	45.506	41.904
Total	425.090	307.516

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	31/12/2012	31/12/2011	Condições Gerais	Vencimento	Garantias
Moeda Nacional	299.263	239.300			
BNDES					
Finame SE 2011	5.761	5.761	5,50%	Início 15/02/2013 até 15/01/2021	Instrumento de Cessão Fidejiciária de Direitos Creditórios
Finem CAPEX 2011/2012	127.189	61.468	de TJLP a TJLP + 3,03%	Início 15/06/2013 até 15/12/2019	
Custos com emissão - BNDES	(316)	(400)			
Eletrobrás					
Eletrobrás - Luz para Todos ⁽¹⁾	102.178	98.569	RGR + 5,0% a.a. ⁽²⁾	Início: 30/11/2006 até 31/12/2022	Carta de Fiança
Finep - 1º Ciclo	9.490	11.580	TJLP + 0,94% a.a.	Início: 15/10/2010 até 15/10/2014	
Finep - 2º Ciclo	34.952	40.956	4,25% a.a.	Início: 15/04/2011 até 15/12/2017	
Finep - 3º Ciclo	3.816	-	5,0% a.a.	Início: 15/12/2013 até 15/01/2020	
Arrendamento mercantil	16.193	21.366	de 10% a 18% a.a.	A partir de 2013 ⁽³⁾	
Moeda Estrangeira (*)	365.327	368.681			
Cédula de Crédito Bancário 4131 BNP	228.325	173.501	US\$ + 2,88% ⁽⁴⁾	09/04/2013	
Swap Céd. Créd Bancário 4131 BNP	(45.738)	10.399	US\$ + 3,60% ⁽⁵⁾	09/04/2013	
Cédula de Crédito Bancário 4131 Itaú	38.084	29.382	US\$ + 3,50% ⁽⁶⁾	09/04/2013	
Swap Céd. Créd Bancário 4131 Itaú	(7.623)	1.437	US\$ + 3,50% ⁽⁶⁾	09/04/2013	
Cédula de Crédito Bancário 4131 HSBC	190.155	145.537	US\$ + 3,60% ⁽⁵⁾	09/04/2013	
Swap Céd. Créd Bancário 4131 HSBC	(37.876)	8.425	US\$ + 3,60% ⁽⁵⁾	09/04/2013	
Total	664.590	607.981			
Circulante	407.677	35.413			
Não circulante	256.913	572.568			

⁽¹⁾ O projeto Luz para Todos está relacionado a sete contratos de financiamento.

⁽²⁾ Reserva Global de Reversão - RGR é indexada à variação da UFIR, que tem se mantido constante.

⁽³⁾ Os prazos de amortização do arrendamento mercantil estão considerados no parágrafo abaixo.

⁽⁴⁾ Foi contratada uma operação de SWAP visando neutralizar o risco cambial durante toda a vigência da dívida. Desta forma o custo da operação é de 100,2% do CDI.

⁽⁵⁾ Foi contratada uma operação de SWAP visando neutralizar o risco cambial durante toda a vigência da dívida. Desta forma o custo da operação é de 103,5% do CDI.

⁽⁶⁾ Foi contratada uma operação de SWAP visando neutralizar o risco cambial durante toda a vigência da dívida. Desta forma o custo da operação é de 104,0% do CDI.

(*) Valores marcados a mercado – (ver nota 32).

Os vencimentos dos empréstimos e financiamentos de longo prazo em 31 de dezembro de 2012, ocorrerão da seguinte forma: R\$ 48.225 em 2014, R\$ 43.925 em 2015, R\$ 43.727 em 2016, R\$ 42.641 em 2017 e R\$ 67.083 após 2017.

Os pagamentos futuros de longo prazo relativos apenas aos contratos de arrendamento mercantil acima acontecerão nos valores de R\$ 310 em 2013, R\$ 1.681 em 2014, R\$ 1.847 em 2015 e R\$ 7.721 após 2015.

Condições Restritivas

BNDES (FINEM): conforme cláusula décima segunda, inciso XII do contrato de financiamento.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, não há itens que façam parte da infraestrutura da concessão, oferecidos como garantias de empréstimos e financiamentos.

Arrendamento mercantil operacional

De acordo com o CPC 06 – Operações de Arrendamento Mercantil, a Companhia efetuou uma análise dos contratos classificados como arrendamento mercantil operacional, dentre eles os contratos de aluguel de equipamentos, imóveis, veículos e outros.

A Companhia realizou a contabilização no ativo imobilizado, em contrapartida ao passivo, de arrendamento mercantil dos bens vinculados aos contratos de arrendamento mercantil que foram considerados como financeiros, em virtude da transferência de riscos e benefícios sobre referidos bens para a Companhia. Os contratos relativos a imóveis apresentam cláusulas de renovação e de reajuste conforme inflação do período. Cláusulas restritivas e pagamentos contingenciais não foram previstos em qualquer dos contratos existentes.

Abaixo estão demonstrados os valores dos contratos mais relevantes contabilizados como despesas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, bem como os pagamentos futuros que a Companhia fará com base nesses contratos.

	31/12/2012	31/12/2011
Despesas reconhecidas no período		
Locação de infraestrutura de pontos de atendimento (Callcenter)	4.494	3.402
Locação de imóveis	3.264	2.335
Locação de veículos	590	1.083
Locação de computadores	1.408	496
Locação de impressoras	204	697
Locação de equipamentos e serviços de informática	4.132	235
Total	14.093	8.248

Os pagamentos futuros relativos aos contratos acima acontecerão nos valores de R\$ 3.662 em 2013, R\$ 4.147 em 2014 e R\$ 4.683 em 2015.

16. DEBÊNTURES

	31/12/2012	31/12/2011	Qtde.	Remuneração	Pagamento dos juros	Amortização do principal
4ª Emissão	-	316.051				
1ª Série	-	190.418	18.000	CDI + 1,15% a.a.	semestral a partir de 17 de janeiro de 2011	50% em 15/07/2013 e 15/07/2014
2ª Série	-	127.003	12.000	CDI + 1,25% a.a.	semestral a partir de 17 de janeiro de 2011	33,33% em 15/07/2013, 15/07/2014 e 15/07/2015
Custos com emissão	-	(1.371)				
5ª Emissão	322.228	313.683				
1ª Série	123.575	125.520	12.000	CDI + 0,98% a.a.	semestral a partir de 15 de fevereiro de 2012	33,33% em 15/08/2014, 15/08/2015 e 15/08/2016
2ª Série	199.422	189.130	18.000	IPCA + 7,68% a.a.	anual a partir de 15 de agosto de 2012	33,33% em 15/08/2016, 15/08/2017 e 15/08/2018
Custos com emissão	(769)	(967)				
6ª Emissão	669.632	-				
1ª Série	224.978	-	22.000	CDI + 0,74% a.a.	semestral a partir de 12 de março de 2013	50% em 12/09/2016 e 12/09/2017
2ª Série	103.622	-	10.000	IPCA + 5,10% a.a.	anual a partir de 12 de setembro de 2013	50% em 12/09/2018 e 12/09/2019
3ª Série	342.332	-	33.000	IPCA + 5,50% a.a.	anual a partir de 12 de setembro de 2013	33,33% em 14/09/2020, 13/09/2021 e 12/09/2022
Custos com emissão	(1.300)	-				
	<u>991.860</u>	<u>629.734</u>				
Total						
Circulante	20.396	27.378				
Não circulante	<u>971.464</u>	<u>602.356</u>				

Em 12 de setembro de 2012, a Elektro efetuou a 6ª Emissão de Debêntures simples, nominativas, escriturais, não conversíveis em ação, da espécie quirografária, no montante total de R\$ 650.000, com vencimento em 12 de setembro de 2017, 12 de setembro de 2019 e 12 de setembro de 2022, respectivamente, 1ª, 2ª e 3ª séries. A 1ª série, no valor de R\$ 220.000, será remunerada à taxa de CDI acrescida de 0,74% a.a., a 2ª série, no valor de R\$ 100.000, à taxa IPCA acrescida de 5,10% a.a. e a 3ª série, no valor de R\$ 330.000, à taxa IPCA acrescida de 5,50% a.a..

Os recursos provenientes das debêntures da 6ª emissão foram utilizados para o resgate antecipado das debêntures da 4ª emissão da Elektro e para antecipação das necessidades de captação de 2013.

De acordo com o CPC 08 – Custos de Transações e Prêmios na Emissão de Títulos de Valores Mobiliários, os recursos captados foram registrados de forma líquida dos custos decorrentes do processo de emissão das debêntures, e tais custos são amortizados de acordo com a taxa efetiva da transação até o prazo de vencimento dos respectivos títulos. O saldo total a amortizar é de R\$ 2.069, sendo R\$ 372 no curto prazo (R\$ 199 referente a 5ª emissão e R\$ 570 referente a 6ª emissão) e R\$ 1.697 no longo prazo (R\$ 173 referente a 5ª emissão e R\$ 1.127 referente a 6ª emissão).

O vencimento do saldo de longo prazo das debêntures em 31 de dezembro de 2012 ocorrerá da seguinte forma: R\$ 40.000 em 2014, R\$ 40.000 em 2015, R\$ 214.683 em 2016, R\$ 174.683 em 2017 e R\$ 503.795 após 2017.

Abaixo características gerais das debêntures da Companhia:

Características	5ª Emissão	6ª Emissão
Tipo	simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ação	simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ação
Espécie	quirografária, sem garantia	quirografária, sem garantia
Séries	duas	três
Valor original	R\$ 300.000	R\$ 650.000
Valor nominal	R\$ 10 por ação	R\$ 10 por ação

Não há cláusula de repactuação para nenhuma das emissões de Debêntures.

Condições Restritivas Financeiras (covenants):

As debêntures contêm cláusulas restritivas que implicam em vencimento antecipado, que requerem o cumprimento de determinados índices financeiros conforme cláusula de vencimento antecipado, inciso XIX da escritura da emissão.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 a Companhia vem cumprindo todas as condições restritivas.

A íntegra dos termos e das condições da distribuição pública da 5ª e 6ª emissões de debêntures estão disponíveis no website da Elektro: www.elektro.com.br.

17. TRIBUTOS A RECOLHER

	31/12/2012	31/12/2011
Imposto de renda e contribuição social sobre lucro líquido	75	88
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	11.090	20.381
Programa de integração social - PIS	2.407	4.425
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	88.310	86.430
Impostos retidos na fonte	983	12.025
Imposto sobre serviço - ISS	431	396
Total	103.296	123.745

18. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO A PAGAR

O saldo de juros sobre capital próprio a pagar de R\$ 78.159 (R\$ 60.888 em 2011) está de acordo com as deliberações da Administração acerca do lucro do exercício conforme mencionado na nota 23.2.

O valor referente a juros sobre capital próprio a pagar está líquido de imposto de renda retido na fonte no montante de R\$ 13.793 em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 10.745 em 2011).

Existem valores de dividendos (R\$ 6 em 2012 e R\$ 5 em 2011) a pagar para acionistas minoritários que ainda não se apresentaram com seus dados cadastrais atualizados.

19. PROVISÕES E ENCARGOS SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO

	31/12/2012	31/12/2011
Férias e 13º salário a pagar	17.771	17.792
Retenções do empregado	2.701	2.816
INSS parte da empresa	8.553	8.806
FGTS	2.904	3.126
Participação nos lucros e resultados	14.320	13.062
Outros	274	353
Total	46.523	45.955

20. OBRIGAÇÕES DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO (P&D) E PROGRAMA DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

O contrato de concessão estabelece a obrigação da Elektro aplicar, anualmente, o montante de 1% da receita operacional líquida em ações que tenham como objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico. Esse montante é destinado aos Programas de Eficientização, Pesquisa e Desenvolvimento e parte deve ser recolhida ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e ao Ministério de Minas e Energia (MME). A participação de cada um dos programas é definida pela Lei nº 9.991/2000. Por meio das Resoluções Normativas nº 300/2008, nº 316/2008, nº 408/2010 e nº 504/2012, a ANEEL estabelece os critérios de apuração de valores dos programas, correção Selic, pagamentos e aplicação dos recursos.

Adicionalmente, em cumprimento à Lei nº 12.111/2009, a Sociedade está obrigada a recolher ao Tesouro Nacional (TN), nas competências de janeiro de 2010 até 31 de dezembro de 2012, o adicional de 0,30% da Receita operacional líquida (ROL), para ressarcimento aos Estados e Municípios que tiverem eventual perda de receita decorrente da arrecadação de ICMS incidente sobre combustíveis fósseis utilizados para geração de energia elétrica ocorrida nos 24 meses seguintes à interligação dos respectivos Sistemas Isolados ao Sistema Interligado Nacional – SIN, aplicando-se somente às interligações feitas após 30 de julho de 2009.

O saldo das obrigações da Companhia com as obrigações de P&D e programas de Eficiência Energética, de acordo com a distribuição do recurso é como segue:

Distribuição do recurso	Percentual de distribuição da ROL	31/12/2012	31/12/2011
Programa de Eficiência Energética	0,50%	17.426	17.063
Pesquisa e Desenvolvimento	0,20%	19.438	21.055
FNDCT	0,20%	667	532
MME	0,10%	334	265
Encargos do sistema isolado - TN	0,30%	878	796
Total		<u>38.743</u>	<u>39.711</u>
Circulante		11.701	14.233
Não circulante		<u>27.042</u>	<u>25.478</u>

21. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

21.1. Planos de Pensão

A Elektro, através da Fundação CESP, mantém planos de suplementação de aposentadoria e pensão para seus empregados, que têm as seguintes descrições:

PSAP/CESP B: Benefício Suplementar Proporcional Saldado – BSPS, que corresponde aos benefícios assegurados aos empregados vinculados ao plano vigente até 31 de dezembro de 1997, ou seja, antes da implantação do plano misto, calculado proporcionalmente até aquela data. Este plano está fechado para novas adesões.

PSAP/CESP B1: Plano de Suplementação de Aposentadorias e Pensão Elektro – PSAP Elektro, iniciado em 1º de janeiro de 1998, sendo um plano misto, cuja meta de benefício é a integralidade do salário na aposentadoria, sendo 70% do salário real de contribuição como Benefício Definido e 30% como Contribuição Definida.

Quando o Plano PSAP/CESP B1 foi criado, a transferência do Plano PSAP/CESP B para PSAP/CESP B1 foi ofertada aos participantes. Aqueles que migraram, adquiriram o direito de receber o benefício saldado (BSPS) proporcional ao tempo que contribuíram para o plano anterior, podendo destinar este recurso como contribuição ao novo plano ou aguardar a elegibilidade ao benefício, sem a acumulação de nenhum outro benefício adicional no futuro.

Na avaliação atuarial dos planos previdenciários foi adotado o método do crédito unitário projetado, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 33 – Benefícios a Empregados. O objetivo deste método é diluir o custo do benefício de cada empregado ao longo do período no qual se estima que este empregado esteja a serviço da Companhia, para então determinar o custo para cada ano de serviço.

No que se refere à política contábil de reconhecimento de ganhos ou perdas atuarias prospectivas, a Companhia optou pelo reconhecimento imediato, em outros resultados abrangentes, conforme parágrafo 93A do CPC 33. Entretanto, a entidade que optar por esta forma de reconhecimento deve também reconhecer, como resultados abrangentes, qualquer ajuste proveniente do limite de ativo de benefício definido, estabelecido no parágrafo 58B da referida norma. Esta restrição determina que o reconhecimento de um ativo atuarial esteja condicionado à existência de benefícios econômicos

futuros para a entidade, sob a forma de redução ou suspensão de suas contribuições para o plano ou reembolso futuro do superávit.

Adicionalmente, conforme previsto pelo parágrafo 93D, os valores ajustados contra resultados abrangentes devem ser reconhecidos imediatamente em lucros ou prejuízos acumulados, não sendo registrados na demonstração do resultado em período subsequente.

Como o plano apresenta superávit, o laudo atuarial demonstra um ativo atuarial de R\$ 110.079 em 31 de dezembro de 2012. O superávit atuarial não é reconhecido contabilmente, pois de acordo com as regras da Secretaria da Previdência Complementar (SPC) - Resolução CGPC nº 26/2008, o reconhecimento do ativo atuarial é permitido somente se a reserva de contingência estiver reconhecida pelo seu percentual máximo que é de 25% das reservas matemáticas, de modo a assegurar o equilíbrio financeiro do plano em função da volatilidade destas obrigações. Somente a partir deste limite, o superávit pode ser utilizado pela patrocinadora para abater contribuições futuras ou ser reembolsado à patrocinadora. Para a Elektro, esta relação estava em 18% em 31 de dezembro de 2012, abaixo do limite de 25% requerido, não permitindo, portanto, o reconhecimento contábil de nenhum superávit atuarial, conforme demonstrado abaixo:

Conciliação dos valores reconhecidos no balanço	31/12/2012	31/12/2011
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	1.076.309	764.730
Valor justo dos ativos do plano	1.109.871	928.324
Superávit para planos cobertos	33.562	163.594
Limite de Ativo de Benefício Definido (§ 58(b))	(33.562)	(163.594)
(Ativo) atuarial líquido	-	-

Os valores reconhecidos no resultado nos períodos findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 e no resultado abrangente são os seguintes:

Componentes da despesa (receita) do plano	31/12/2012	31/12/2011
Valores reconhecidos no demonstrativo de resultados do exercício		
Custo do serviço corrente ⁽¹⁾	(9.204)	(8.966)
Juros sobre as obrigações atuariais	(78.133)	(73.703)
Rendimento esperado dos ativos	108.682	102.987
Receita reconhecida	21.345	20.318
Valores reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes		
Ganho/(Perdas) atuariais imediatamente reconhecidas	(153.716)	7.698
Efeito do limite de Ativo de Benefício Definido (§ 58(b))	130.032	(30.508)
Reclassificação imediata para lucros acumulados (§ 93(d))	23.684	22.810
Custo total reconhecido em Outros Resultados Abrangentes	-	-
Valor acumulado de perdas atuariais reconhecido	229.630	75.914

⁽¹⁾ Com juros, líquido da contribuição do participante

As movimentações no valor presente da obrigação com benefícios definidos são:

Reconciliação do valor das obrigações atuariais	31/12/2012	31/12/2011
Valor das obrigações ao início do período	764.730	700.653
Custo do serviço corrente ⁽¹⁾	9.204	5.705
Juros sobre a obrigação atuarial	78.133	49.111
Contribuições de participantes	2.785	1.898
Perda atuarial	261.641	32.080
Benefícios pagos no ano	(40.184)	(24.717)
Valor das obrigações ao final do período	1.076.309	764.730

(1) Com juros, líquido da contribuição do participante

As movimentações no valor justo dos ativos do plano são as seguintes:

Reconciliação do valor justo dos ativos	31/12/2012	31/12/2011
Valor justo dos ativos ao início do período	928.324	885.522
Rendimento esperado no período	108.682	69.123
Ganho/(Perda) atuarial	107.925	(5.191)
Contribuições de patrocinadora	2.339	1.689
Contribuições de participantes	2.785	1.898
Benefícios pagos no ano	(40.184)	(24.717)
Valor justo dos ativos ao final do período	1.109.871	928.324

As principais premissas econômicas adotadas para os cálculos atuariais referentes aos exercícios de 2012 e 2011:

Premissas econômico-financeiras e demográficas	2012	2011
Taxa de desconto nominal para obrigação atuarial	8,50%	10,46%
Taxa de rendimento nominal esperada sobre ativos do plano	8,50%	11,90%
Índice estimado de aumento nominal dos salários	7,63%	7,63%
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	4,50%	4,50%
Taxa estimada de inflação no longo prazo	4,50%	4,50%
Taxa de desconto real para obrigação atuarial	3,80%	5,70%
Taxa de rendimento real esperada sobre ativos do plano	3,83%	7,08%
 Tábua biométrica de mortalidade geral	 AT-83 segregada por sexo	 AT-83 segregada por sexo
Tábua biométrica de entrada em invalidez	Light Média	Light Média
Taxa bruta de rotatividade esperada	Experiência Fundação Cesp 2006	Experiência Fundação Cesp 2006
 Probabilidade de ingresso em aposentadoria	 100% na primeira eleg.	 100% na primeira eleg.

As taxas esperadas de retorno dos investimentos de longo prazo foram determinadas a partir das expectativas de rentabilidade de longo prazo e ponderadas para cada categoria de ativo dos planos de benefício, como renda fixa, variável, imóveis e empréstimos a participantes.

Rendimento esperado de longo prazo	31/12/2012		31/12/2011	
Modalidade de investimento	Meta de alocação de ativos	Taxa esperada de retorno anual	Meta de alocação de ativos	Taxa esperada de retorno anual
Renda fixa	79,60%	8,40%	79,52%	10,84%
Renda variável	13,10%	14,60%	12,84%	19,25%
Investimentos imobiliários	4,70%	11,00%	4,66%	10,00%
Operações com participantes	2,60%	11,80%	2,98%	11,56%
Total	100,00%	9,40%	100,00%	11,90%

As taxas para desconto da obrigação atuarial são determinadas com base nas taxas de retorno oferecidas pelos títulos do Governo (NTN-B, indexadas ao IPCA), pois apresentam condições consistentes com as obrigações avaliadas.

Conforme requerido pela norma, segue adiante o demonstrativo dos desvios decorrentes do comportamento esperado e efetivo do ativo e passivo atuarial:

Ajustes da experiência de ganhos e perdas - § 120A(p)	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2008
Valor presente da obrigação de benefícios definidos	1.076.309	764.730	735.868	578.905	518.954
Valor justo dos ativos do plano	1.109.871	928.324	868.954	754.390	681.732
Superávit (Déficit) do plano	33.562	163.594	133.086	175.485	162.778
Rendimento esperado dos ativos	108.682	102.987	101.156	89.083	64.008
Rendimento efetivo dos ativos	216.607	90.227	141.495	96.249	127.050
Ajuste de experiência dos ativos do plano (montante)	107.925	(12.760)	40.339	7.166	63.042
Ajuste de experiência dos ativos do plano (%)	99%	-12%	40%	8%	98%
Valor presente esperado dos passivos do plano	1.337.950	796.810	621.839	561.711	632.815
Valor presente efetivo dos passivos do plano	1.076.309	764.730	735.868	578.905	518.954
Ajuste de experiência dos passivos do plano (montante)	(261.641)	(32.080)	(114.029)	(17.194)	(113.861)
Ajuste de experiência dos passivos do plano (%)	-24%	-4%	-15%	-3%	-22%

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Companhia efetuou contribuições aos planos de benefícios mantidos junto à Fundação CESP no montante de R\$ 3.143 (R\$ 2.988 no mesmo período de 2011).

A Elektro também é instituidora de um plano gerador de benefícios livres (PGBL), disponibilizado aos seus empregados não optantes pelo PSAP/Elektro (acima descrito), sob denominação de Plano A e Plano Modular Empresarial Coletivo (Plano B), ambos planos de contribuição definida.

As contribuições são feitas pelos participantes e pela Elektro, que também é responsável pelo pagamento das despesas administrativas deste plano. Os custos incorridos pela Companhia em 2012 foram de R\$ 496 (R\$ 703 em 2011), tendo sido registradas à conta de despesa com pessoal.

21.2. Plano Especial de Aposentadoria

Por meio de Acordo Coletivo de Trabalho, a Elektro criou em 2007 o Plano Especial de Aposentadoria (PEA), como incentivo à aposentadoria daqueles empregados que já são elegíveis à aposentadoria oficial. O plano tem validade até 2013, com possibilidade de renovação até 2015.

O incentivo consiste no pagamento de uma indenização, além de todos os benefícios previstos em lei no caso de demissão.

O valor atualizado da provisão em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 2.667 (R\$ 2.031 em 31 de dezembro de 2011), registrado no passivo circulante referente a colaboradores que já aderiram ao plano, e de R\$ 8.719 (R\$ 11.469 em 31 de dezembro de 2011) registrado no passivo não circulante, com base na estimativa de que no período compreendido entre outubro de 2012 e dezembro de 2015, até 190 colaboradores possam aderir ao plano.

22. PROVISÕES E CONTINGÊNCIAS PASSIVAS

22.1. Provisão para ações judiciais e regulatórias

Todas as demandas de natureza judicial são acompanhadas continuamente pelos assessores jurídicos da Companhia que, de acordo com critérios previamente definidos pela Administração, classificam os riscos contingentes de forma individual, o que resulta no provisionamento dos objetos considerados como perda provável.

As provisões registradas refletem as perdas consideradas prováveis com tais demandas, e apresentam os seguintes saldos e movimentações.

	31/12/2011	Ingresso	Atualização	Reversão	Liquidação	31/12/2012
Cíveis e ambientais	93.555	13.684	4.383	(4.254)	(5.108)	102.260
Trabalhistas	21.020	5.164	3.869	(4.023)	(2.585)	23.445
Tributárias	2.786	30.016	1.612	(6.574)	(13)	27.827
Desapropriações e servidões	6.263	3.972	2.941	(461)	(2.097)	10.618
Regulatórias	14.240	7.986	298	-	-	22.524
Total das provisões	<u>137.864</u>	<u>60.822</u>	<u>13.103</u>	<u>(15.312)</u>	<u>(9.803)</u>	<u>186.674</u>

Em 31 de dezembro de 2012, as provisões efetuadas pela Companhia são principalmente para a cobertura de eventuais perdas referentes a ações indenizatórias cíveis e ambientais envolvendo objetos de naturezas diversas; causas trabalhistas envolvendo ações movidas por ex-empregados da Elektro (ou de suas contratadas) referentes a diferenças salariais, horas extras e outros; e regulatórias, que estão diretamente relacionadas com indicadores de desempenho da ANEEL e penalidades referentes à contratação do uso do sistema de transmissão (MUST). As desapropriações e servidões estão relacionadas a reclamações de proprietários e ex-proprietários de terrenos utilizados pela Elektro quanto aos valores das indenizações.

Provisões cíveis - Uso da faixa de domínio de rodovias

Em agosto de 2001, foram ajuizadas 2 (duas) ações pela Elektro em face do Departamento de Estradas e Rodagem do Estado de São Paulo (DER) e concessionárias de rodovias estaduais, para que estas deixem de impedir a livre atuação da Elektro, quanto ao uso das faixas intermediárias e laterais das rodovias para a instalação de infraestrutura de distribuição de energia elétrica. O Tribunal de Justiça de São Paulo julgou a ação contra a Elektro.

Em agosto de 2008, a Elektro recorreu ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) e propôs uma medida cautelar com pedido de liminar para suspender a decisão da corte paulista, sendo que, em novembro de 2008, a liminar foi denegada por um dos ministros do STJ. Em setembro de 2010, o STJ não conheceu o Recurso Especial apresentado pela Elektro por questões processuais. A Elektro apresentou recurso perante o STF, o qual não foi admitido pelo STJ, e a Elektro tomará a medida cabível. Diante dessas decisões a Elektro mantém provisionado R\$ 80.712, em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 74.078 em 31 de dezembro de 2011).

Provisões Tributárias

Em 5 de dezembro de 2007, a EPC - sucedida pela Companhia, impetrou Mandado de Segurança para não pagar PIS e COFINS sobre a receita de juros sobre capital próprio. O processo aguarda julgamento de recurso em virtude de decisão de 1ª instância que lhes foi desfavorável. O valor provisionado em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 26.262. Para maiores detalhes da incorporação das contingências da EPC pela Elektro, vide nota 4.

Outras provisões tributárias envolvem questões relativas à ilegalidade da exigência de tributos federais, estaduais e municipais.

22.2. Contingências passivas com avaliação de risco possível

A Companhia discute questões de diversas naturezas que, com base na avaliação dos seus assessores jurídicos e seguindo critérios definidos pela Administração, são consideradas de risco de perda possível e, portanto, não são provisionadas. O valor estimado para os assuntos trabalhistas é de R\$ 18.466 e para os cíveis é de R\$ 41.036, e os processos de desapropriação e servidão de passagem, que somam R\$ 4.502 em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 5.689 em 31 de dezembro de 2011), referem-se à utilização de espaço em terras de terceiros para a construção de linhas para a prestação do serviço de distribuição. As instâncias processuais em que estas ações encontram-se são as mais diversas e em sua grande maioria, são processos individuais com valores não relevantes.

Quanto aos assuntos previdenciários, o valor estimado é de R\$ 78.455, e refere-se principalmente ao recebimento de notificações e autos de infração, lavrados em 29 de dezembro de 2006, pelo INSS, exigindo contribuições de períodos entre 1998 e 2006 sobre diversas verbas trabalhistas, em especial participações nos lucros e resultados. Com base na Súmula Vinculante nº 8 do STF, de junho de 2008, parte das autuações foram anuladas devido a prazos de prescrição e decadência.

Quanto às questões tributárias, a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (SEFAZ – SP) lavrou diversos Autos de Infração e Imposição de Multa (AIIM), relacionados a diversas matérias que a Elektro vem se defendendo e todos encontram-se em instância administrativa, sendo que os principais assuntos são: créditos de ICMS supostamente tomados de forma indevida; diferença na metodologia de cálculo do ICMS nos municípios de Ubatuba, Itanhaém, Dracena e Ouro Verde; ausência de pagamento de ICMS, sob as alegações fazendárias de que teria havido transporte indevido a maior e a menor de valores entre os Livros de Registro de Entrada e de Saídas e o livro Registro de Apuração do ICMS; suposto creditamento indevido de ICMS sobre bens destinados ao ativo imobilizado; suposto descumprimento de obrigações acessórias; e, suposto creditamento

indevido por meio de escrituração de notas fiscais que geraram estorno de débitos. Todos esses AIIIM somam R\$ 279.973 atualizados para 31 de dezembro de 2012 (R\$ 252.149 em 2011).

Adicionalmente, a Elektro tem um pleito junto a Receita Federal para validação da opção de aplicação de parcela do seu imposto de renda no FINAM que está pendente de decisão final administrativa. O valor atualizado até 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 21.363 (R\$ 20.366 em 2011).

Existem outras questões tributárias diversas que também estão em instâncias administrativas, sobre as quais a Elektro está se defendendo e que somam R\$ 66.713 em 31 de dezembro de 2012.

Em março de 2007, o Ministério Público do Trabalho ajuizou Ação Civil Pública em face da Elektro que visa proibir a Companhia de terceirizar suas atividades-fim. O Procurador alegou que trabalhadores que prestam serviços em tais atividades devem ser contratados diretamente pela Elektro e não por empresas contratadas. Já houve decisão de primeira instância desfavorável à Elektro, a qual apelou ao TRT que confirmou a decisão. Foi apresentado recurso ao TST e a Administração, baseada na opinião dos advogados, entende que os argumentos para reversão da decisão são razoáveis.

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

O capital social subscrito e integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2012, no montante de R\$ 952.492, tem a seguinte composição acionária:

Acionista	Ordinárias	Preferenciais	Total	Participação
Iberdrola Brasil S.A.	91.855.825	101.279.596	193.135.421	99,68%
Acionistas minoritários	25.147	598.697	623.844	0,32%
Total	<u>91.880.972</u>	<u>101.878.293</u>	<u>193.759.265</u>	<u>100,00%</u>

23.1. Reservas de capital

O valor registrado de R\$ 765.882 (R\$ 50.539 em 2011) tem a seguinte composição: (i) ágio incorporado da Iberdrola Energia do Brasil, no valor de R\$ 689.440 (vide nota 4); e (ii) acervo líquido incorporado da EPC, no valor de R\$ 25.903 (vide nota 4).

23.2. Reserva de lucros

É composta pela reserva legal constituída pela destinação de 5% do valor do lucro líquido do exercício, conforme o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. Em dezembro de 2012 a reserva de lucros e demais reservas atingiram 30% do capital social.

Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

O Estatuto Social da Elektro e a Lei nº 6.404/76 prevêm a possibilidade de distribuição de dividendos intermediários ou intercalares, com base em lucros apurados em balanços semestrais ou períodos menores, respectivamente, observando-se as disposições legais.

Em 28 de março de 2012 a Assembleia Geral Ordinária dos acionistas da Elektro aprovou a distribuição de dividendos no montante de R\$ 134.709, referente ao exercício de 2012 (já deduzidos os pagamentos efetuados de dividendos intermediários e juros sobre capital próprio). O pagamento dos dividendos ocorreu no dia 20 de abril de 2012.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 8 de agosto de 2012, foi aprovada a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$ 203.519, com base no lucro líquido do primeiro semestre de 2012. O pagamento dos dividendos intermediários foi efetuado em três parcelas iguais de R\$ 67.840 milhões cada. Os pagamentos ocorreram em 24 de agosto, 26 de outubro e 21 de dezembro de 2012, respectivamente. A tabela a seguir demonstra os valores pagos por ação:

Ações em Circulação		Dividendos Intermediários Propostos	
Tipo	Quantidade	R\$ mil	R\$ por ação
Preferenciais	101.878.293	111.831	1,097689899
Ordinárias	91.880.972	91.688	0,997899908
Total	193.759.265	203.519	

Em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 19 de outubro de 2012, foi aprovada a distribuição e o pagamento de juros sobre capital próprio, de acordo com a Lei nº 9.249/95 e Deliberação CVM nº 207/96, no montante de R\$ 91.951, cujo pagamento, a ser realizado em 2013 será precedido de Aviso aos Acionistas. A tabela a seguir demonstra os valores pagos por ação:

Ações em Circulação		JSCP	
Tipo	Quantidade	R\$ mil	R\$ por ação
Preferenciais	101.878.293	50.526	0,495943826
Ordinárias	91.880.972	41.425	0,450858024
Total	193.759.265	91.951	

Ao final do exercício de 2012, a Administração da Companhia propôs a distribuição de dividendos no montante de R\$ 46.576 com base no lucro líquido apurado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, deduzido os dividendos intermediários e juros sobre capital próprio. A proposta foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração em 6 de fevereiro de 2013 e será submetida à aprovação em Assembleia Geral Ordinária dos acionistas a ser convocada oportunamente. A tabela a seguir demonstra os valores propostos por ação:

Ações em Circulação		Dividendos Propostos	
Tipo	Quantidade	R\$ mil	R\$ por ação
Preferenciais	101.878.293	25.593	0,251213404
Ordinárias	91.880.972	20.983	0,228375822
Total	193.759.265	46.576	

Conforme seu Estatuto Social, as ações ordinárias e preferenciais, sem valor nominal, têm direito a dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da Lei nº 6.404/76.

As ações preferenciais não possuem direito a voto, mas têm prioridade no reembolso do capital e direito a receber dividendos no mínimo 10% superiores aos atribuídos às ações ordinárias, conforme artigo 5º do Estatuto Social da Companhia.

23.3. Lucro por ação

O cálculo do resultado por ação básico é efetuado através da divisão do resultado do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício.

A tabela a seguir demonstra o cálculo do lucro por ação básico e diluído:

Numerador	2012	2011
Lucro líquido do exercício disponível aos acionistas	357.677	492.436
Denominador		
Média ponderada do número de ações ordinárias	91.881	91.881
Média ponderada do número de ações preferenciais	101.878	101.878
Remuneração adicional das ações preferenciais (10%)	1,10	1,10
Média ponderada do número de ações preferenciais ajustadas	112.066	112.066
Denominador para lucros básicos por ação	203.947	203.947
Lucro básico e diluído por ação ordinária	1,75	2,41
10% - Ações preferenciais	0,18	0,24
Lucro básico e diluído por ação preferencial	1,93	2,66

Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou direitos conversíveis em ações ordinárias entre a data-base e a data de conclusão destas Demonstrações Financeiras.

O plano de incentivo baseado em ações não tem efeito dilutivo na Elektro, uma vez que o plano é baseado nas ações de seu acionista controlador Iberdrola, portanto o lucro por ação básico e diluído é igual em todos os períodos apresentados.

24. PLANO DE INCENTIVO BASEADO EM AÇÕES

Após aprovação do Conselho de Administração, a Elektro instituiu um Plano de Incentivo de Longo Prazo, baseado na outorga de ações da Iberdrola ao beneficiário. Após cumpridas algumas condições e metas previstas em contrato assinado entre este e a Companhia, ao longo de 2 (dois) anos contados a partir da assinatura do contrato, denominado “prazo de apuração”.

A transferência completa das ações se dará após o transcurso de outros 3 (três) anos, denominado “prazo de liquidação”. Atingidas as metas e condições do “prazo de apuração”, a Elektro adquirirá por conta e ordem do beneficiário as ações, conforme previsão contratual. As principais metas que deverão ser atingidas, quando da conclusão do Período de Apuração, são: (i) evolução do lucro líquido consolidado em comparação com os cinco principais concorrentes da Iberdrola S.A.; (ii) evolução do valor da ação da Iberdrola S.A., a partir da média do índice *DJ Eurostoxx Utilities* e das ações dos cinco principais concorrentes europeus e (iii) manutenção da qualificação de crédito da Sociedade (*rating*).

Portanto, esse plano passa a ser “liquidado em caixa” para Elektro e por isso a Companhia passou a utilizar um passivo exigível em contrapartida da despesa e não mais uma conta de patrimônio líquido.

Os contratos assinados ao final de 2012, substituem para todos os fins o plano baseado em ações anterior, mantidas as condições e valores originais. O valor registrado deste benefício em 2012 é de R\$ 2.034 e o valor acumulado no passivo exigível é de R\$ 5.106.

25. RECEITAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

	31/12/2012			31/12/2011		
	Nº de (*) consumidores	MWh (*)	R\$	Nº de (*) consumidores	MWh (*)	R\$
Receitas operacionais	2.307.630	12.311.682	5.369.833	2.253.735	12.416.107	5.332.324
Fornecimento para consumidores	2.307.630	11.974.133	4.494.834	2.253.735	12.007.879	4.460.119
Outras receitas		337.549	874.999		408.228	872.205
CCEE	-	337.549	10.666	-	408.228	16.615
Receita de uso do sistema de distribuição		-	470.908		-	464.528
Remuneração do ativo financeiro (WACC)			56.132			49.038
Receita de construção (vide nota 14.3)			286.916			307.848
Outras receitas			50.377			34.176
Deduções às receitas operacionais			(1.800.290)			(1.768.231)
Quota para a reserva global de reversão - RGR			(38.612)			(25.158)
Quota para a conta de consumo de combustível - CCC			(185.292)			(203.753)
Quota para a conta de desenvolvimento energético - CDE			(169.723)			(151.154)
ICMS sobre fornecimento			(882.546)			(865.315)
COFINS			(395.219)			(388.831)
PIS			(85.805)			(84.414)
Programa de P&D e eficiência energética			(29.128)			(31.901)
Outros			(13.965)			(17.705)
Total	2.307.630	12.311.682	3.569.543	2.253.735	12.416.107	3.564.093

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

26. ENERGIA COMPRADA PARA REVENDA

	31/12/2012		31/12/2011	
	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$
Supradores de energia	13.855.958	1.696.468	13.842.170	1.346.501
Itaipu Binacional (**)	2.913.091	332.383	2.932.906	287.607
Contratos bilaterais	80.400	16.668	91.225	15.114
Contrato de compra de energia no ambiente regulado - CCEAR	10.539.811	1.237.580	10.508.335	951.414
PROINFRA	322.655	86.123	309.703	68.469
Uso do transporte de energia	-	23.714	-	23.897
Outros custos de energia	-	382.126	-	364.426
ONS - Uso da rede básica	-	474.789	-	433.617
CTEEP- Encargos de conexão	-	40.969	-	37.605
Encargos de serviços do sistema - ESS	-	78.024	-	67.636
Créditos de PIS e COFINS sobre energia comprada	-	(211.656)	-	(174.432)
Total	13.855.958	2.078.594	13.842.170	1.710.927

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

(**) Contrato de repasse de energia e tarifa de transporte.

Em 2012 houve elevação nos custos de energia devido principalmente à elevação do ESS e do custo com disponibilidade da geração térmica, em função do despacho das usinas térmicas que estão operando no patamar máximo, devido aos baixos níveis dos reservatórios das usinas hidrelétricas.

Estes custos majorados serão repassados às tarifas dos consumidores a partir do próximo reajuste tarifário, em agosto de 2013. Dada a magnitude desta elevação, sem precedentes no setor brasileiro, a Elektro vem discutindo com a ANEEL e outros níveis do governo, buscando mitigar os impactos para a Companhia.

27. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	31/12/2012	31/12/2011
Gastos com pessoal	212.161	226.659
Gastos com materiais	32.912	32.795
Gastos com serviços de terceiros	106.283	117.059
Outras despesas operacionais líquidas	155.031	228.798
Despesas com arrecadação bancária	15.733	16.548
Aluguéis e Seguros	13.685	15.638
Provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida	38.728	22.425
Telefonia e telecomunicações	14.900	22.896
Perda na desativação e alienação de bens, líquida	24.121	81.936
Taxas e contribuições	14.721	13.217
Despesas com viagens	8.306	12.590
Provisões para ações judiciais e regulatórias	7.956	22.327
Outras	16.881	21.221
	<u>506.387</u>	<u>605.311</u>
Custo da operação	310.628	330.997
Despesas com vendas	16.234	28.133
Despesas gerais e administrativas	58.887	73.088
Outras despesas operacionais	120.638	173.093
	<u>506.387</u>	<u>605.311</u>

28. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2012	31/12/2011
Receitas	116.341	105.483
Aplicações financeiras	28.783	34.013
Encargos sobre conta de energia elétrica em atraso	44.801	45.013
Atualizações monetárias e cambiais	26.464	24.470
Outras receitas financeiras	16.293	1.987
Despesas financeiras	(171.552)	(178.159)
Juros sobre empréstimos com terceiros	(43.877)	(55.306)
Juros sobre debêntures	(52.339)	(57.749)
Atualizações monetárias e cambiais	(32.310)	(26.317)
Outras despesas financeiras	(43.026)	(38.787)
Total	(55.211)	(72.676)

29. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Reconciliação do imposto de renda e contribuição social no resultado:

	31/12/2012		31/12/2011	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	502.473	502.473	707.105	707.105
Alíquota nominal dos tributos	15%	9%	15%	9%
Alíquota adicional sobre o valor excedente a R\$ 240/ano	10%	-	10%	-
	(125.594)	(45.223)	(176.752)	(63.639)
Efeito das (adições) exclusões no cálculo do tributo				
Juros sobre o capital próprio	22.988	8.276	17.908	6.447
Permanentes - despesas indedutíveis e multas	(7.143)	(2.289)	(4.727)	(1.498)
Incentivos fiscais e outros	3.602	587	7.355	237
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(106.147)	(38.649)	(156.216)	(58.453)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(80.212)	(29.313)	(153.207)	(57.373)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(25.935)	(9.336)	(3.009)	(1.080)
Total	(106.147)	(38.649)	(156.216)	(58.453)

Tributos diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos foram calculados à alíquota de 34%, e estão apresentados no quadro abaixo:

	Balancos patrimoniais		Demonstrações do resultado e resultado abrangente	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
IR e CS sobre diferenças temporárias	154.698	120.137	27.120	69.398
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	16.136	14.299	1.837	366
Provisão para ações judiciais e regulatórias	52.200	46.788	(2.029)	11.509
Plano especial de aposentadoria	3.871	4.590	(719)	1.114
Variação cambial	35.438	21.828	13.610	21.828
Provisão ganho/perda hedge	(34.791)	(20.017)	(14.774)	(20.017)
Provisão perda na desativação de ativos	680	20.977	(20.297)	20.977
Provisão efeito postergação tarifária	77.112	32.976	44.136	32.976
Outras	4.052	(1.304)	5.356	645
Benefício fiscal do ágio incorporado Terraço	111.749	124.956	(13.207)	(14.977)
Benefício fiscal do ágio incorporado - Iberdrola (vide nota 3)	664.691	-	(24.749)	-
IR e CS diferidos sobre ajustes dos CPCs - Resultado	(67.060)	(50.976)	(24.435)	(58.510)
Plano de pensão	8.053	7.755	(8.053)	(7.755)
Leasing	191	292	(101)	1.154
Reversão dos ativos e passivos regulatórios	(71.376)	(59.155)	(12.221)	(52.041)
Marcação a mercado swap	16	132	(116)	132
Contratos de concessão - marcação a mercado	(3.944)	-	(3.944)	-
Subtotal - impacto no resultado do período	864.078	194.117	(35.271)	(4.089)
IR e CS diferidos sobre ajustes dos CPCs - Resultado abrangente	(8.054)	(36.815)	37.114	2.323
Plano de pensão	(8.054)	(7.755)	8.054	7.755
Contratos de concessão - marcação a mercado	-	(29.060)	29.060	(5.432)
Total	856.024	157.302	1.843	(1.766)

Os créditos fiscais diferidos oriundos de diferenças temporárias estão em conformidade com a Deliberação CVM nº 599/09 e Instrução CVM nº 371/02, inclusive quanto ao prazo de realização, que não ultrapassa dez anos.

O reconhecimento desses créditos tem como base as projeções de resultados tributáveis futuros da Companhia, as quais foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 6 de fevereiro de 2013.

O benefício fiscal do ágio incorporado está registrado conforme determinado pela ANEEL e Instruções nº 319/99 e nº 349/01 da CVM, sendo que os registros contábeis mantidos para fins societários e fiscais encontram-se em contas específicas de ágio incorporado e provisão, com as correspondentes amortização e reversão. No caso do ágio referente à incorporação da Terraço, a realização desse valor dar-se-á mediante percentuais oficializados em 23 de dezembro de 2003 pela

ANEEL, através do Ofício nº 2.182/2003, definidos com base no prazo da concessão e na expectativa de recuperação indicada pelas projeções de resultados tributáveis apresentadas pela Companhia ao órgão regulador naquela época. O ágio referente à incorporação da Iberdrola Energia do Brasil Ltda. será realizado linearmente até o final da concessão, também baseado em premissas de resultado futuro que foram apresentadas e anuídas pela ANEEL.

A expectativa de amortização dos créditos fiscais diferidos e dos benefícios fiscais dos ágios incorporados registrados em 31 de dezembro de 2012 é como segue: R\$ 59.270 em 2013, R\$ 59.630 em 2014, R\$ 58.006 em 2015, R\$ 55.383 em 2016, R\$ 55.134 em 2017 e R\$ 548.711 de 2018 a 2028.

Os valores efetivos do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido a pagar e a recuperação dos respectivos saldos diferidos decorrem da apuração de resultados tributáveis, da expectativa de realização das diferenças temporárias e outras variáveis. Portanto, essa expectativa não deve ser considerada como um indicativo de projeção de lucros futuros da Companhia. Adicionalmente, essas projeções estão baseadas em uma série de premissas que podem apresentar variações em relação aos valores reais.

30. PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas estão associadas às receitas obtidas junto à Elektro Comercializadora de Energia Ltda., que se referem a serviços, compartilhamento de infraestrutura e sublocação de salas. As despesas são relativas à compra de energia elétrica no mercado livre para o prédio da Sede da Elektro e prestação de serviços por parte da Iberdrola. No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, as receitas foram de R\$ 172 (R\$ 333 em 31 de dezembro de 2011) e as despesas de R\$ 914 (R\$ 518 em 31 de dezembro de 2011).

Os valores dos serviços e do compartilhamento de infraestrutura têm como base a estimativa de custos das atividades desenvolvidas pela Companhia e compartilhamento de infraestrutura. O contrato de sublocação é reajustado pelo IGP-M a cada 12 meses e foi firmado por tempo indeterminado, a partir de 1º de abril de 2004. O contrato de compra de energia elétrica foi firmado em 18 de outubro de 2011 com suprimento de energia no período de 1º de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2013.

Em função da mudança no controle acionário da Companhia, a AEI America do Sul Holding Ltda. não é mais parte relacionada e os contratos que existiam com essa empresa foram encerrados em 28 de abril de 2011, e a receita registrada até a referida data, referente ao contrato com a AEI, foi de R\$ 81.

De acordo com o CPC 05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas, aprovado pela Deliberação CVM nº 560/08, a remuneração total da Administração da Companhia no período findo em 31 de dezembro de 2012, registrada na rubrica de gastos com pessoal, foi de R\$ 7.792 (R\$ 7.844 em 31 de dezembro de 2011), sendo que esse valor está relacionado a remunerações fixa e variável de R\$ 6.103 (R\$ 5.785 em 31 de dezembro de 2011) e encargos sociais e benefícios, inclusive pós emprego, no valor de R\$ 1.689 (R\$ 2.059 em 31 de dezembro de 2011). Além desses montantes, destacam-se, ainda, benefícios adquiridos por estes administradores referentes ao plano de opções de ações da Iberdrola concedidas pela Elektro (vide nota 24) no montante de R\$ 2.034 no período findo em dezembro de 2012.

Adicionalmente, a Companhia possui plano de suplementação de aposentadoria mantido junto à Fundação CESP e oferecido aos seus empregados, inclusive administradores (vide nota 22.2).

31. SEGUROS

A Companhia mantém as seguintes coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, que são julgadas suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios da Companhia de eventuais sinistros:

Riscos	Importância segurada	Cobertura da apólice
Riscos operacionais e multirisco	872.940	Danos materiais aos ativos da Companhia, exceto para as linhas de transmissão e distribuição
Responsabilidade civil terceiros	44.000	Danos materiais, corporais e morais causados a terceiros, incluindo aqueles causados por empregados próprios e contratados
Responsabilidade civil administradores	26.250	Cobertura padrão praticada pelo mercado segurador

A vigência das apólices de Riscos operacionais e multirrisco (Propriedade) e Responsabilidade civil com terceiros compreende o período de 31 de maio de 2012 a 31 de maio de 2013, e da apólice de Responsabilidade civil de administradores compreende o período de 1º de junho de 2012 a 1º de junho de 2013.

32. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

Considerando os termos da Instrução CVM nº 475/08, Deliberação CVM nº 550/08 e Deliberação CVM nº 604/09, que aprovou os CPCs 38, 39 e 40, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que tratam do reconhecimento e mensuração, da apresentação e da evidenciação de instrumentos financeiros, a seguir encontra-se a descrição dos principais ativos e passivos financeiros da Companhia, seus critérios de avaliação e valorização para fins de registro nas Demonstrações Financeiras, bem como o nível hierárquico para mensuração do valor de mercado apresentado.

Ativo indenizável (concessão): vide nota 12.1.

Empréstimos e financiamentos: Estão avaliados e registrados segundo parâmetros estabelecidos em contrato, sendo que o valor de mercado desses passivos, calculado, somente para fins de demonstração, foi projetado com base no fluxo de caixa descontado, utilizando taxas disponíveis no mercado para operações semelhantes na data das Demonstrações Financeiras. Para contratos vinculados a projetos específicos do setor, obtidos junto à Eletrobrás, os valores de mercado são considerados idênticos aos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares disponíveis, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. Os empréstimos e financiamentos foram mensurados e contabilizados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. O valor contábil é o que melhor representa a posição patrimonial e financeira da Companhia com relação a esses instrumentos, portanto, o valor de mercado para esses passivos é somente informativo. Nível hierárquico 2.

Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira: A Companhia captou empréstimos denominados em moeda estrangeira, acrescidos de juros pré-fixados, para os quais foram contratadas operações de “Swap”, com o objetivo de proteção contra risco nas mudanças das taxas de câmbio e substituindo os juros pré-fixados pela variação do CDI. Essa é uma operação “casada” que consiste formalmente em um contrato de empréstimo e uma operação de “Swap” contratados na mesma data, com mesmo vencimento, com a mesma contraparte e que deverão ser liquidados pelo seu valor líquido. Nível hierárquico 2.

Estas operações são consideradas como itens objeto de hedge (hedge accounting), e estão contabilizadas pelos seus valores justos. Os valores justos são calculados projetando os fluxos futuros das operações (ativo e passivo) utilizando taxas de mercado cotadas mensalmente, levando-se em consideração as mesmas condições das operações contratadas.

Debêntures: Estão avaliadas e registradas pelo método do custo amortizado, seguindo os termos das respectivas escrituras de emissão, representando o valor captado líquido dos respectivos custos da emissão, atualizado pelos juros efetivos da operação e os pagamentos havidos no período. O valor de mercado das debêntures, conforme quadro abaixo é calculado segundo metodologia de fluxo de caixa descontado, com base na taxa de juros da 6ª emissão de debêntures da Elektro, definida no processo de *bookbuilding*. Esta é a taxa de juros considerada a mais atualizada do mercado, uma vez que ainda não houve nenhuma negociação da 5ª emissão e da 6ª emissão de debêntures no mercado secundário. Desse modo, a Anbima não divulgou taxas indicativas para as debêntures referidas. As debêntures foram classificadas como “passivos financeiros não mensurados ao valor justo” e o valor de mercado demonstrado é informativo. Para a 6ª Emissão de Debêntures, como não houve nenhuma negociação no mercado secundário, o valor de mercado é o mesmo registrado no processo de *bookbuilding* (valor contábil). Nível hierárquico 2.

Demais ativos e passivos financeiros: Para caixa e equivalentes de caixa nível hierárquico 1 e para os demais ativos e passivos, nível hierárquico 2. Seguem abaixo os valores contábeis e de mercado dos principais instrumentos financeiros da Companhia e sua classificação:

	31/12/2012			
	Valor contábil	Valor de mercado	Avaliação	Classificação
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	583.148	583.148	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
Consumidores, parcelamentos de débitos e supridores	667.925	667.925	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
Caução de fundos e depósitos vinculados	39.535	39.535	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
Ativo indenizável (concessão)	457.896	457.896	Valor justo	Disponível para venda
Total ativo	1.748.504	1.748.504		
Passivo				
Fornecedores e supridores de energia elétrica	(425.090)	(425.090)	Custo amortizado	Passivos não mensurados a valor justo
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional*	(283.070)	(283.169)	Custo amortizado	Passivos não mensurados a valor justo
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	(456.564)	(456.564)	Valor justo	Objeto de Hedge
Operações de swap	91.237	91.237	Valor justo	Instrumento de Hedge
Debêntures*	(991.860)	(1.005.574)	Custo amortizado	Passivos não mensurados a valor justo
Arrendamento mercantil	(16.193)	(16.193)	Custo amortizado	Passivos não mensurados a valor justo
Total passivo	(2.081.540)	(2.095.353)		

* Valor de mercado demonstrado é informativo.

Ver mais detalhes sobre o ativo financeiro indenizável na nota 12.1.

Em 9 de agosto de 2012, a agência de classificação de riscos Standard & Poor's definiu o rating da 6ª emissão de debêntures da Elektro e reafirmou o rating corporativo da 4ª e 5ª emissão de debêntures em brAAA.

Política de utilização de instrumentos financeiros derivativos

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Companhia possui três contratos de instrumento financeiro derivativo, referente a operações de "Swap" firmadas junto aos Bancos Itaú, BNP Paribas e HSBC. Conforme mencionado na nota 15, a Companhia captou em abril de 2011, segundo a Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, linhas de financiamentos denominadas em moeda estrangeira. Objetivando a neutralização de qualquer risco cambial derivado dessas operações, a Elektro contratou operações de "Swap", resultando assim em operações denominadas em moeda nacional, com um custo final atrelado ao CDI.

De acordo com a política da Elektro, a utilização de derivativos tem como propósito único e específico proteger a Companhia de eventuais exposições a moedas ou taxas de juros. Como atualmente não há risco cambial em suas operações, excetuando-se a contratação do empréstimo em moeda estrangeira, como já destacado acima, e a Elektro mantém o equilíbrio das taxas de juros entre ativo (caixa) e passivo (dívida) de forma natural, a utilização deste tipo de instrumento acaba sendo pontual e não com caráter usual.

Nas atividades da Companhia, são consideradas de risco relevante, apenas a exposição cambial, relacionada às variações cambiais derivadas dos pagamentos de energia comprada de Itaipu, que são atrelados ao dólar norte-americano. Essas variações cambiais, embora apresentem impacto imediato nas demonstrações de resultado da Companhia, por não haver previsão de manutenção nas demonstrações financeiras dos ativos e passivos regulatórios, estão contempladas e garantidas em cada reajuste tarifário anual, por meio do mecanismo da CVA. Portanto, em termos financeiros (caixa) a Companhia remanesce isenta do risco de variação cambial. Cabe à Administração suportar eventuais necessidades de capital de giro decorrentes da elevação da taxa de câmbio entre os reajustes tarifários. Da mesma maneira, a Companhia considerava possuir, em 31 de dezembro de 2012, proteção natural com relação à dívida indexada à inflação (IGP-M), em virtude do mecanismo de reajuste tarifário.

Seguem os principais fatores de risco que afetam os negócios da Companhia:

Variação das taxas de juros

Em conformidade à Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia realizou uma análise em seus instrumentos financeiros, com objetivo de ilustrar sua sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado.

A Administração da Companhia considera como cenário mais provável a realização nos próximos 12 meses das expectativas para os indicadores projetados no Relatório Focus do Banco Central. O impacto no resultado financeiro líquido foi analisado em três cenários de variação de índices CDI, IGP-M, IPCA e TJLP: (i) variação dos índices projetados para 2012, de acordo com dados do Relatório Focus, disponibilizado em 31 de dezembro de 2012: 7,20%, 5,11% e 5,55% respectivamente, ou no caso da TJLP, a última taxa divulgada pelo Conselho Monetário Nacional, 5,55%; (ii) elevação dos índices projetados atuais em 25% e (iii) elevação dos índices projetados atuais em 50%.

Instrumentos	Exposição	Risco	Cenário Provável (*)	Elevação do índice em 25% (*)	Elevação do índice em 50% (*)
Aplicações Financeiras	532.164	Variação CDI	38.345	47.931	57.518
Debêntures - 5ª Emissão 1ª Série	(123.575)	Variação CDI	(8.897)	(11.122)	(13.346)
Cédula de Crédito Bancário ⁽¹⁾	(365.327)	Variação CDI	(26.304)	(32.879)	(39.455)
Debêntures - 6ª Emissão 1ª Série	(224.978)	Variação CDI	(16.198)	(20.248)	(24.298)
	(181.716)		(13.054)	(16.318)	(19.581)
Ativo Indenizável ⁽²⁾	457.896	Variação IGP-M	23.398	29.248	35.098
Debêntures - 5ª Emissão 2ª Série	(199.422)	Variação IPCA	(11.068)	(13.835)	(16.602)
Debêntures - 6ª Emissão 2ª Série	(103.622)	Variação IPCA	(5.751)	(7.189)	(8.626)
Debêntures - 6ª Emissão 3ª Série	(342.332)	Variação IPCA	(18.999)	(23.749)	(28.499)
Financiamentos - Finep 1º ciclo	(9.490)	Variação TJLP	(475)	(593)	(712)
Financiamentos - BNDES	(127.189)	Variação TJLP	(6.359)	(7.949)	(9.539)
Redução (aumento)			(32.308)	(40.385)	(48.461)

⁽¹⁾ As operações foram originalmente contratadas em dólares norte-americanos, porém a Elektro possui operações de "Swap" conjuntas com o objetivo de neutralizar o risco derivado da variação cambial. Desta forma, as operações passam a ser indexadas apenas ao CDI, motivo pelo qual o mesmo é apresentado nesta análise.

⁽²⁾ Após análises frente ao cenário econômico e ao lastro do novo valor de reposição dos bens vinculados da concessão, a Companhia levou em consideração para o cálculo de sensibilidade a variação do IGP-M.

^(*) Conforme requerimento da instrução CVM nº 475/08, deterioração de 25% e 50% respectivamente, em relação ao cenário provável.

Risco de crédito

A Companhia não realiza análise de crédito previamente ao início do fornecimento de energia, pois como distribuidora de energia elétrica e conforme previsto no Contrato de Concessão assinado com a ANEEL, em 27 de agosto de 1998, bem como na regulamentação do setor elétrico, é obrigada a fornecer energia a todos os clientes localizados na sua área de concessão.

Para recuperação da inadimplência, a Companhia atua por meio de: (i) programas de renegociação dos débitos pendentes atrelados a garantias; (ii) negativação de clientes em empresas de proteção ao crédito; (iii) corte do fornecimento de energia elétrica, em conformidade com a regulamentação vigente; (iv) contratação dos serviços de empresas especializadas na cobrança de contas em atraso e (v) cobrança judicial.

Em 31 de dezembro de 2012 o índice real de inadimplência frente a suas operações é de 3,97%.

Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento

Os processos de Revisão e Reajuste Tarifários são garantidos por contrato e empregam metodologias previamente definidas. Alterações na metodologia vigente devem ser amplamente discutidas e contarão com contribuições da Companhia, concessionárias e demais agentes do setor.

Em caso de evento imprevisível que venha a afetar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, poderá a Elektro justificar e requerer ao regulador a abertura de uma Revisão Tarifária Extraordinária, ficando a realização desta a critério do regulador. A própria ANEEL também poderá proceder com Revisões Extraordinárias caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para repasse dos mesmos às tarifas.

Risco de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

Risco de mercado

Considerando as condições estabelecidas pelo atual marco regulatório para a contratação de energia pelas distribuidoras, principalmente por meio de leilões regulados pela ANEEL, a Elektro participou ativamente de todos os mecanismos de compra de energia previstos na regulação, e contratou suas necessidades de energia para 2012. A partir de 2013, há necessidade de contratação de energia, devido, principalmente, ao término da vigência dos contratos dos leilões de energia existente. Parte do volume necessário para atendimento do crescimento de mercado a partir de 2013 já foi adquirido

nos leilões das usinas do Rio Madeira (Jirau e Santo Antônio) e de Belo Monte, sendo que o restante será recontratado em leilões específicos, conforme previsto na legislação vigente ou através de cotas estabelecidas na Medida Provisória nº 579/12 e Decreto nº 7.805/12 recentemente publicados.

Risco de interrupção no fornecimento de energia elétrica

A Elektro, com o intuito de minimizar os efeitos provocados por eventual descontinuidade do fornecimento de energia elétrica para seus clientes, atribuídos a eventos não previsíveis, e que atingem sua infraestrutura de sistemas elétricos, atua de forma intensa para reduzir o número de unidades consumidoras afetadas e também diminuir a frequência e o tempo dessas interrupções.

Dentre as ações executadas para diminuir a frequência e o tempo das interrupções, destaca-se a disponibilidade de três subestações móveis próprias que permitem flexibilidade operacional e agilidade no restabelecimento do fornecimento de energia elétrica. Acrescente-se o investimento na digitalização de 89 subestações (SE), a automação do comando de 827 equipamentos em redes de distribuição utilizando comunicação com tecnologia GSM que dispensa o deslocamento de equipes para a execução das tarefas.

Como ações para reduzir o número de unidades consumidoras atingidas, a Elektro mantém consistente programa de manutenção preventiva, atuando em média em 16 mil km de rede por ano, bem como realiza investimentos de melhoria, expansão e modernização como a substituição de 390 disjuntores e a substituição de 482 km de redes convencionais com cabos nus por redes compactas com cabos isolados, nos últimos 9 anos.

Índices financeiros

Os principais indexadores dos ativos e passivos financeiros apresentaram as seguintes variações acumuladas:

Índices	Variação % acumulada nos períodos	
	31/12/2012	31/12/2011
Taxa de câmbio R\$/US\$ ⁽¹⁾	2,0435	1,8758
Valorização (desvalorização) do Real frente ao Dólar	-8,94	-12,58
IGP-M	7,81	5,10
TJLP	5,75	6,00
Selic	8,62	11,76
CDI	8,15	11,62

⁽¹⁾ Cotação em 31 de dezembro.

DIRETORIA

MARCIO HENRIQUE FERNANDES

DIRETOR PRESIDENTE

RODRIGO FERREIRA MEDEIROS DA SILVA

DIRETOR EXECUTIVO FINANCEIRO E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

ANDRÉ AUGUSTO TELLES MOREIRA

DIRETOR EXECUTIVO DE OPERAÇÕES

CRISTIANE DA COSTA FERNANDES

DIRETORA EXECUTIVA DE ASSUNTOS REGULATÓRIOS E INSTITUCIONAIS

JOÃO GILBERTO MAZZON

DIRETOR EXECUTIVO COMERCIAL E SUPRIMENTO DE ENERGIA

SIMONE A. BORSATO SIMÃO

GERENTE EXECUTIVA DE CONTROLADORIA

ANDRE OSWALDO DOS SANTOS

GERENTE DE CONTABILIDADE E FISCAL
CRC 1SP235939/O-7

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE

FRANCISCO JAVIER VILLALBA SANCHEZ

CONSELHEIROS

EDUARDO CAPELASTEGUI SAIZ

MARIO JOSÉ RUIZ-TAGLE LARRAIN

FERNANDO ARRONTE VILLEGAS

JUSTO GARZON ORTEGA

JUAN MANUEL EGUIAGARY UCELAY

LUIZ CARLOS SILVA